



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARCELA FERNANDA RECUERO

COVID-19 E O GRUPO BANCO MUNDIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

FLORIANÓPOLIS

2023

MARCELA FERNANDA RECUERO

COVID-19 E O GRUPO BANCO MUNDIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador(a): Prof. Jaime César Coelho

FLORIANÓPOLIS

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Recuero, Marcela Fernanda
COVID-19 E O GRUPO BANCO MUNDIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA /
Marcela Fernanda Recuero ; orientador, Jaime César Coelho,
2023.
90 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Hegemonia. 3.
Neoliberalismo. 4. Organizações Internacionais. 5. Ordem
mundial. I. Coelho, Jaime César. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais.
III. Título.

MARCELA FERNANDA RECUERO

COVID-19 E O GRUPO BANCO MUNDIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais.

Florianópolis, 20 de novembro de 2023

Insira neste espaço
a assinatura

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Insira neste espaço
a assinatura

Prof. Jaime César Coelho

Orientador

Insira neste espaço
a assinatura

Prof. Klaus Guimarães Dalgaard

Universidade Federal de Santa Catarina

Insira neste espaço
a assinatura

Prof. Bruno Haeming

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Florianópolis, 2023.

AGRADECIMENTOS

A todos que fizeram parte dessa jornada tão linda que foi a UFSC. Primeiramente, aos meus pais por acreditarem em mim e terem apoiado a realização do meu maior sonho, sem eles, nada disso teria sido possível. O amor, a paciência, o apoio e o cuidado deles foram o combustível para chegar até aqui.

As pessoas que tive o prazer de me aproximar durante a graduação e que hoje, são muito mais do que amigos. Arthur, Belle, Bonatto, Duda, Henrique, Leonardo, Leticia, Martina, Vitória e Sagaz, vocês se tornaram minha família e meu apoio em diversos momentos quando me vi com saudade de casa e da minha família. Foram meu refúgio, meu colo e a alegria dos meus dias. Vocês tornaram a UFSC aconchego e carinho, onde vivi a melhor fase da minha vida. Obrigada por tantas memórias inesquecíveis e por terem feito parte disso. Vocês são pra vida.

A minha melhor amiga Bárbara, que foi quem me deu a coragem necessária para largar tudo e ir atrás do meu sonho. Obrigada por acreditar sempre em mim e me apoiar nas minhas loucuras. Você foi um apoio essencial durante esse caminho.

As minhas amigas Desirée, Luna, Juliana, Marianne, Leticia e Rebecca, que foram os presentes do meu intercâmbio na França pela UFSC. Obrigada por todos os momentos inesquecíveis, por todo o apoio de sempre e pela amizade linda que construímos. Levo vocês comigo pra sempre.

As minhas amigas Karima, Yasmin, Andrielly por terem sido meu respiro nos momentos difíceis durante a monografia. Obrigada pelo apoio emocional, por todos os momentos mágicos compartilhados e por sempre poder contar com vocês. Vocês são amigas incríveis.

Ao meu amigo Nandinho, que foi um grande apoio durante a produção deste trabalho Obrigada por todo o carinho, por me ouvir e todos os dias fazer eu acreditar que seria capaz.

A todos os professores que tive o prazer de ouvir, aprender e absorver tanto conhecimento e aprendizado. Vocês foram uma fonte de inspiração e uma ferramenta valiosa para minha transformação. Serei eternamente grata por tudo que vocês me ensinaram.

Ao meu orientador Jaime, que desde a sala de aula, me instigou a ter uma visão crítica. Grata pela atenção, por toda a paciência e apoio. Sempre acreditando no meu potencial.

A minha amada Universidade Federal de Santa Catarina, da qual tenho orgulho de ter feito parte. Obrigada por tantas descobertas, aprendizados, vivências e, principalmente, por me transformar.

E por fim, a todos que tornam o ensino público possível e acessível, afinal, a educação é a chave para a mudança

"A história se repete, a primeira vez como tragédia, e a segunda como farsa."

(KARL MARX)

RESUMO

Este estudo realiza uma análise crítica da resposta do Banco Mundial à crise da COVID-19, se utilizando da teoria crítica das relações internacionais. A pesquisa busca investigar se há uma continuidade na assimetria de poder histórico nas ações do Grupo Banco Mundial, adotando uma abordagem hipotético-dedutiva qualitativa. O objetivo é avaliar se a resposta do banco à crise da covid 19 indica uma ruptura em relação à sua agenda neoliberal prescrita ou se a mantém, favorecendo os interesses dos EUA. Para isso, trago revisões históricas do Banco Mundial, a teoria crítica das relações internacionais e análises dos documentos oficiais sobre a crise da COVID-19. Os resultados indicam que o Grupo Banco Mundial reforçou a dependência dos países periféricos ao capital global, reproduzindo uma agenda neoliberal e garantindo seus próprios interesses. Assim, destaca-se a importância de uma avaliação crítica contínua sobre o banco, buscando a democratização e transformação das organizações internacionais no sistema internacional.

Palavras-chave: Hegemonia; Multilateralismo; Neoliberalismo; Organizações Internacionais; Ordem mundial.

ABSTRACT

This study critically analyzes the World Bank's response to the COVID-19 crisis using critical theory in international relations. The research investigates the continuity of historical power asymmetry in the World Bank's actions, employing a qualitative hypothetico-deductive approach. The aim is to assess whether the bank's response to the COVID-19 crisis signifies a departure from its prescribed neoliberal agenda or if it perpetuates it, favoring the interests of the United States. In pursuit of this, I present historical reviews of the World Bank, critical theory in international relations, and analyses of official documents concerning the COVID-19 crisis. The findings suggest that the World Bank Group has fortified the reliance of peripheral nations on global capital, perpetuating a neoliberal agenda and safeguarding its vested interests. Hence, the significance lies in the imperative of an ongoing critical evaluation of the institution, aiming towards the democratization and transformation of international organizations within the international system.

Keywords: Hegemony; Multilateralism; Neoliberalism; International Organizations; World Order.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AG - Assembleia Geral

AID - Associação Internacional de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD)

BM - Banco Mundial

CICDI - Centro Internacional para Conciliação de Divergências nos Investimentos

CS - Conselho de Segurança

DPF - Apoio a Políticas de Desenvolvimento

DPL - Empréstimos para Políticas de Desenvolvimento

FIGE - Envelope de Resposta de Instituições Financeiras

FPI - Financiamento para Projetos de Investimento autônomos

GBM - Grupo Banco Mundial

IFC - Corporação Financeira Internacional

MAS - Infraestrutura e Manufatura, Agroindústria e Serviços

MIGA - Agência Multilateral de Garantias de Investimentos

MPA - Abordagem Multifásica de Emergência

NIEO - Nova Ordem Econômica Internacional

OIs - Organizações Internacionais

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organizações das Nações Unidas

PED - Países em Desenvolvimento

PNB - Produto Nacional Bruto

PPC - Paridade do Poder de Compra

PPPS - Parcerias público-privadas

RNB - Renda Nacional Bruta

SOFI - Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo

TCRI - Teoria Crítica das Relações Internacionais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	O GRUPO BANCO MUNDIAL.....	16
2.1	SURGIMENTO.....	16
2.2	ESTRUTURA.....	21
2.3	VISÃO E OBJETIVOS.....	22
2.4	AGENDA E REFORMAS.....	23
3	TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	26
3.1	TEORIA CRÍTICA E O BANCO MUNDIAL.....	28
3.2	REVISÃO TEÓRICA.....	28
4	A ATUAÇÃO DO GRUPO BANCO MUNDIAL NA COVID 19	39
4.1	OS IMPACTOS ECONÔMICOS DA COVID 19.....	39
4.2	A QUESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA.....	43
4.3	A ATUAÇÃO.....	45
4.4	DEFINIÇÕES.....	45
4.5	CRÍTICAS A ATUAÇÃO DO GRUPO BANCO MUNDIAL.....	47
4.6	A FACILIDADE DE RESPOSTA RÁPIDA.....	48
4.7	O PRESIDENTE DO BANCO MUNDIAL E A PROMOÇÃO DA AGENDA NEOLIBERAL.....	55
4.8	A ABORDAGEM DO BANCO: A RESPOSTA À CRISE.....	58
4.9	A EVOLUÇÃO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DO GBM.....	74
5	CONCLUSÃO.....	77
	REFERÊNCIAS.....	82

1 INTRODUÇÃO

O avanço da globalização gerou uma maior interdependência e um estreitamento das relações políticas, sociais e econômicas no mundo. Com isso, houve um aumento dos choques ambientais produzidos pelo homem, do turismo entre continentes, da contaminação de águas, do surgimento de megafavelas, da industrialização e da internacionalização dos alimentos, entre outros fatores que contribuem para a disseminação de novas doenças. Nas últimas décadas, houve grandes mudanças demográficas, tecnológicas e sociais que aumentaram potencialmente a transmissão das doenças. A globalização tem sido um fenômeno que diminui a fronteira entre os países, facilitando a contaminação e disseminação de epidemias e pandemias. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Essa decisão buscou aprimorar a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus (OPAS, sd). A ESPII é considerada, nos termos do Regulamento Sanitário Internacional (RSI): “Um evento extraordinário que pode constituir um risco de saúde pública para outros países devido à disseminação internacional de doenças; e potencialmente requer uma resposta internacional coordenada e imediata” (OPAS, sd).

A pandemia deflagrou uma inabilidade no sistema das organizações multilaterais globais em agir de forma operacional conjunta com uma atuação ampla, de alcance mundial e eficaz no controle de um dos maiores desafios que o sistema de Estados enfrentou em décadas. A atual ordem mundial, impulsionada pela globalização, revelou-se despreparada e aparentemente negligente em relação a um cenário dessa natureza. Convém notar que todos os países do globo experimentam repercussões negativas decorrentes da pandemia, abrangendo diversos setores e dimensões. Todavia, é imperativo destacar que os efeitos da pandemia se manifestam de maneira desigual entre nações periféricas, semi periféricas e centrais,

sobretudo devido às desvantagens em termos de recursos tecnológicos, econômicos e sociais, situando os primeiros em uma posição desvantajosa no sistema mundial capitalista, os tornando assim, mais vulneráveis e suscetíveis a impactos substancialmente mais graves. Deste modo, alguns efeitos da era atual de globalização acarreta desafios que parecem transcender a capacidade das estruturas de governança global, desde a gestão de epidemias

até riscos que transpassam fronteiras nacionais. Nesse sentido, é de suma importância examinar a atuação das organizações internacionais para podermos entender melhor a dinâmica dos sistemas interestatais em resposta a crises globais. Em um mundo marcado por grandes desequilíbrios de poder e influenciado por estados hegemônicos, é essencial analisar os principais atores e suas contribuições para temas como instituições, multilateralismo, hegemonia, ordem mundial e o neoconstitucionalismo.

Um marco importante nas relações internacionais, são os desdobramentos no cenário internacional causados após a segunda guerra mundial, onde os Estados Unidos se consolidam como hegemonia global, sobretudo após o surgimento do Grupo Banco Mundial (GBM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), propagando uma agenda liberal e o multilateralismo. Segundo Gill, uma das formas que os EUA garantem seu poder é através das organizações internacionais, onde entrelaça seu poder executivo no centro da governança das principais instituições da economia política global (Gill, 2014). Gill aponta que o neoliberalismo como modelo econômico está repleto de contradições. À medida que os Estados Unidos ampliam progressivamente seu poder e riqueza por meio de mecanismos de exploração, os países periféricos veem suas crises e problemas socioeconômicos se agravarem. No entanto, as potências hegemônicas têm a capacidade de moldar a ordem econômica mundial, fortalecer seu poder financeiro, impor suas agendas políticas e manter a estabilidade do sistema internacional através de sua influência nessas organizações. Assim, a hegemonia se torna um componente fundamental na dinâmica das relações internacionais e na governança econômica global. Em outras palavras, as novas relações de poder e a ordem mundial constituída refletiram e ainda refletem a assimetria de poder histórica entre os Estados e atores internacionais. Esse reflexo assimétrico, conseqüentemente, pode ser notado a partir das instituições multilaterais que surgiram após a segunda guerra mundial, como a ONU e as instituições de Bretton Woods: GBM e FMI.

Dentro do campo das relações internacionais, muito tem se criticado as políticas do Banco Mundial de austeridade e ajuste estrutural em países periféricos e como isso têm enfraquecido seus sistemas econômicos e políticos e a capacidade desses países de responder à pandemia. Dessa forma, a Teoria Crítica de Relações Internacionais (TCRI) pode fornecer uma lente importante para analisar o papel do GBM na pandemia de COVID-19 e para entender como as relações de poder e as desigualdades estruturais continuam a moldar a economia política internacional. Sendo assim, o presente estudo se propõe a fazer uma análise crítica da atuação

do Grupo Banco Mundial em resposta à crise da Covid 19, bem como lançar luz sobre os desdobramentos e a influência da crise da pandemia no contexto das Relações Internacionais, empregando uma abordagem fundamentada nas Teorias Críticas das Relações Internacionais. O objetivo primordial desta pesquisa consiste em responder a seguinte pergunta: o GBM ainda reflete uma assimetria de poder histórico entre Estados e atores internacionais através da sua atuação de resposta à pandemia? Ao analisar a resposta desempenhada pelo Banco Mundial em suas iniciativas destinadas a mitigar os impactos da pandemia de COVID-19 busco entender se a maneira como o GBM se posicionou frente à pandemia da COVID-19 sinaliza alguma mudança de rumo, alguma ruptura com a agenda neoliberal prescrita, ou se sua atuação é em direção a manutenção da ordem mundial e da hegemonia do capital dos Estados Unidos. Além disso, busco compreender se esse ator se utiliza de discursos como função essencialmente legitimadora da manutenção do *status quo*, mesmo que por vezes esses discursos aparentem apresentar soluções para as contradições geradas no e pelo sistema e se a resposta do Grupo Banco Mundial a Covid 19 foi suficiente para ajudar a mitigar os efeitos da crise nos Países Em Desenvolvimento.

Minha pesquisa busca explorar a aplicação da TCRI no contexto das organizações internacionais, com foco específico sobre a atuação do GBM durante a Covid 19. A análise crítica trará um enfoque das dimensões econômicas, políticas e culturais da atuação do banco. Serão abordados aspectos relacionados às ordem mundial, hegemonia e multilateralismo destacando como a teoria crítica desafia a noção de que as organizações internacionais operam de forma neutra e enfatizando a necessidade de um exame crítico das estruturas de poder e desigualdades no sistema internacional. A TCRI representa uma abordagem que se destaca por sua análise crítica das estruturas de poder, desigualdades e opressões presentes nas relações internacionais contemporâneas. Sendo assim, essa teoria é uma ferramenta de análise potente pois ressalta a complexidade das relações internacionais, considerando não apenas o poder dos Estados, mas também o papel das forças sociais transnacionais e das instituições internacionais na formação da ordem global (COX, 1986). Dessa maneira, tal estudo é de grande relevância pois esse enfoque crítico continua a influenciar o campo das relações internacionais, desafiando as abordagens tradicionais e promovendo uma compreensão mais profunda das dinâmicas globais.

Tal teoria é uma ferramenta essencial não somente para explicar as complexidades e dinâmicas das relações internacionais modernas, mas sobretudo, transformá-las, pois a TCRI

nos proporciona compreensões essenciais não só para compreender o campo de relações internacionais, mas como futuros internacionalistas, transformá-lo.

Nesta pesquisa, utilizei o método hipotético-dedutivo de abordagem qualitativa, observando como o banco se comportou e buscando responder a pergunta-problema do meu estudo. As fontes de pesquisa foram baseadas em pesquisa bibliográfica documental feitas através da revisão bibliográfica das teorias críticas de relações internacionais e os documentos oficiais do GBM bem como relatórios, contratos e o site institucional. Ademais, esta pesquisa tem caráter exploratório, buscando explorar mais profundamente o tema, responder a hipótese e identificar ideias através da revisão de literatura e análise documental.

No primeiro capítulo deste trabalho trago uma visão panorâmica sobre o surgimento do GBM. Será apresentada uma revisão histórica abrangente das principais etapas e acontecimentos que levaram à criação do GBM, bem como um estudo detalhado sobre o seu papel no desdobramento da ordem mundial capitalista. Serão examinados os principais marcos históricos da instituição, bem como a mudança do seu discurso e da sua agenda temática ao longo do tempo e suas principais reformas. Já no segundo capítulo deste trabalho pretendo examinar a TCRI. Serão apresentadas análises sobre essa teoria, incluindo seus fundamentos e principais conceitos. O foco será em avaliar perspectivas teóricas e suas aplicações no campo das Relações Internacionais, a fim de fornecer uma visão abrangente e um escopo a fim de utilizá-las como uma ferramenta de análise essencial para responder a minha pergunta de pesquisa. Mais adiante, no terceiro capítulo, será realizada uma análise crítica da resposta emergencial do GBM à crise da Covid 19 e como o banco reagiu a pandemia, a partir de uma perspectiva teórica crítica. Serão examinados os impactos da pandemia na economia global, com especial atenção aos países periféricos (conceitualmente designados neste contexto como 'países em desenvolvimento'). A pesquisa abordará não apenas as implicações da pandemia para a economia desses países, mas também irá se debruçar sobre a questão da dívida externa que os acomete. Além disso, o estudo fará uma avaliação crítica da atuação do Banco Mundial em resposta à crise, elucidando as ações e abordagens empreendidas pela instituição no enfrentamento à crise causada pela pandemia e de que forma foram alocados seus empréstimos.

2 O GRUPO BANCO MUNDIAL

2.1 Surgimento

O século XX marca uma ruptura nas relações internacionais. Após a segunda guerra mundial, a guerra fria dividiu o sistema internacional em dois pólos, servindo como um tabuleiro onde os blocos socialista e capitalista mediam o seu poder e influência, principalmente ideologicamente. A dissolução da União Soviética e a vitória dos EUA trouxe uma mudança profunda no sistema internacional: a consolidação dos Estados Unidos como hegemonia mundial e a ascensão do liberalismo, promovido pela abertura das economias e pela cooperação internacional. Para entender os desdobramentos no cenário internacional onde os Estados Unidos surgem como potência política e econômica, é importante analisar como a agenda liberal e o multilateralismo global, que foram intensificados após a segunda guerra mundial, desempenham uma função fundamental na construção e consolidação dos EUA como hegemonia global, sobretudo o papel do surgimento do Grupo Banco Mundial (GBM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A segunda guerra mundial trouxe grandes perdas para os países europeus e muita instabilidade política e econômica no sistema internacional. O papel desempenhado nesse período (pós 1945) pelos Estados Unidos, foi de suma importância para restabelecer a ordem e a estabilidade internacional. As correntes teóricas de Relações Internacionais interpretam essa atuação de várias formas, uma das perspectivas teóricas é a teoria de estabilidade hegemônica de Charles Kindleberger. Para o autor, uma ordem econômica internacional estável só poderia ser estabelecida com a presença de uma potência hegemônica, responsável pela manutenção da ordem de forma a garantir a provisão de bens públicos e a ampliação das forças de mercado (Kindleberger, 1970) Nesse sentido, é importante fazer uma recapitulação de como as negociações no sistema internacional pós segunda guerra mundial andaram rumo à colaboração internacional e ao multilateralismo em busca de soluções tanto econômicas quanto políticas, para os impactos negativos da guerra. Este foi um marco para a institucionalização de organismos internacionais capazes de regular e ordenar o sistema internacional que começou a ser elaborada antes mesmo da conclusão da guerra, com a participação ativa dos Estados Unidos.

Um conceito importante a ser abordado é a análise de Ruggie (1982) sobre o regime internacional, cuja definição do autor é como as instituições sociais em torno das quais as expectativas dos atores convergem em determinada área, havendo, portanto, limitação do que as unidades que fazem parte de um regime podem ou não fazer. Além disso, o autor propõe uma tipificação de regimes como constituídos por princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão, cada um com conteúdo específico. Outro termo importante a ser abordado e cunhado por Ruggie é o "liberalismo embutido"¹, o qual é descrito pelo autor como uma combinação de duas características principais da ordem econômica internacional do pós-Segunda Guerra Mundial: (1) um regime econômico internacional liberal que promove o livre comércio, mercados abertos e integração econômica internacional, e (2) um contrato social doméstico que procura equilibrar as demandas da eficiência econômica com a necessidade de bem-estar social e estabilidade política dentro de cada país. Ruggie argumenta que essas duas características estavam "incorporadas" uma na outra, ou seja, eram mutuamente reforçadoras e dependentes para o seu sucesso (Ruggie, 1982). Portanto, o liberalismo embutido que se constituiu pós guerra, apresenta assim, um forte nexos institucional que se cristalizou nas instituições e nos regimes a partir desse período.

Um momento histórico crucial para entender o multilateralismo e liberalismo embutido, foi a aliança entre norte-americanos e ingleses expressa na Carta do Atlântico de 14 de agosto de 1941, onde o primeiro-ministro inglês, Winston Churchill, e o presidente norte-americano, Franklin Roosevelt, fizeram com que a Carta se tornasse um dos documentos basilares para a constituição multilateral da governança econômica global no período posterior à guerra (Cruz, 2005; Rinaldi 2015). A carta trazia luz para como as duas potências atuavam no conflito, enfatizando pontos como a exclusão de barreiras comerciais, cooperação econômica global e liberdade dos mares. Esse foi o início do projeto de uma nova ordem mundial liberal, na qual o multilateralismo e as instituições globais de cooperação internacional desempenham um papel fundamental. A Carta trouxe um forte senso de esperança global em busca de resoluções para a guerra e serviu de pano de fundo para o que viria a se tornar depois a Organização das Nações Unidas. Após a Carta, houve uma série de tratados assinados pelos países e em 1942 foi assinada a Declaração das Nações Unidas, com 26 países signatários, comprometidos na busca pelo fim da guerra e com a cooperação. Em 1945, depois de muitas negociações e conferências, foi assinada a Carta das Nações Unidas, elaborada pelos representantes de 50

¹ Em inglês "*Embedded liberalism*", termo criado por John Ruggie em 1982 no seu livro: "*International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order.*"

países, que se encontraram em São Francisco, nos Estados Unidos, na Conferência Sobre Organização Internacional (ONU, 2017). Assim se deu início a Organização das Nações Unidas (ONU), uma das maiores e mais importantes organizações de cooperação internacional no sistema internacional. É essencial notar o papel dos EUA em sua constituição, que teve liderança do Departamento de Estado norte-americano e do Reino Unido na Conferência de Washington, reunindo 26 países em 1942. Esse foi um esforço essencial para que posteriormente se realizasse a Conferência de Dumbarton Oaks, em 1944, que serviu como projeto estruturante da organização internacional das Nações Unidas, que contaria com uma Assembleia Geral (AG) e um Conselho de Segurança (CS) no qual os Estados Unidos e as grandes potências obtinham vantagens nas tomadas de decisões, incluindo o poder de veto. É importante ressaltar que o documento original foi redigido pelo Departamento de Estado norte-americano (United Nations, sd).

Portanto, é interessante notar que: "devido à preponderância de seu poder e influência durante os anos iniciais no pós-guerra, os EUA tiveram uma distinta, embora não fácil, vantagem em perseguir seu próprio interesse nacional nas Nações Unidas" (Mazuzan, 1978, p. 318). O engajamento do governo dos Estados Unidos na formulação da organização certificou-se de que seu arranjo final estivesse em sintonia com os seus próprios interesses; em especial, os EUA podiam contar com uma maioria de pelo menos 42 países aliados para apoiar suas resoluções. Ainda que a ONU tenha se tornado palco de disputas no período da Guerra Fria, inclusive com representantes norte-americanos questionando sua eficácia ainda em 1946, é impossível não considerar como os EUA exerceram seu poder na organização (Mazuzan, 1978; Mann, 2013). Nesse período, paralelamente às negociações que deram início a ONU, aconteciam também acordos a fim de rediscutir a arquitetura financeira mundial.

Sendo assim, um dos maiores acordos a nível global foi celebrado na época, A Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas em Bretton Woods, que foi realizada em julho de 1944 com a presença de 44 nações e marcou a criação das bases do regime monetário e financeiro do pós-guerra. A conferência deu origem ao Sistema Bretton Woods, que entrou em operação apenas em 1946 (The World Bank, sd). Bretton Woods tinha como objetivo promover uma abertura do comércio internacional, a cooperação econômica e padronizar as políticas cambiais que acabou estabelecendo o regime monetário internacional como padrão dólar-ouro, tornando o dólar a moeda oficial das relações financeiras, já que os Estados Unidos possuíam três-quartos das reservas mundiais do minério. Nessa configuração, se

construiu um sistema financeiro multilateral e ocorria, assim, a institucionalização do liberalismo inserido como regime internacional (Ruggie, 1982). Durante as negociações dos acordos de Bretton Woods em 1944, o Departamento do Tesouro dos EUA teve um papel de destaque, principalmente através da figura do Secretário Adjunto Harry Dexter White que assegurou que as instituições criadas em Bretton Woods fossem moldadas de maneira a promover os interesses americanos, dando destaque ao dólar e incentivando a liberalização comercial. Por outro lado, John Maynard Keynes, assessor do Ministério da Fazenda do Reino Unido, defendeu a ideia da proteção das economias nacionais, lutando por níveis elevados de pleno emprego antes de uma completa liberalização do comércio. Essa visão foi oposta à defendida pelos representantes dos EUA, que acreditavam que o livre comércio era a chave para alcançar o desenvolvimento econômico (Cruz, 2005).

Para os EUA, as ideias de Keynes poderiam prejudicar sua influência e seu poder, então como resposta, sugeriram a criação do FMI e, mais tarde, do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). O que depois viria a ser o Banco Mundial. Essas instituições foram estruturadas de tal forma que garantiriam a manutenção do poder dos EUA, já que o peso de voto nas organizações seria determinado pelo valor das cotas, ou seja, quanto maior a contribuição financeira de um país, maior seria seu poder de decisão. Não por coincidência essas instituições e a forma como operavam, foram estabelecidas em um momento em que os EUA tinham uma relação comercial superavitária, principalmente com a Europa, e eram os maiores detentores de reservas de ouro mundiais (Pontes, 2018):

As instituições não se limitam a refletir as preferências e o poder das unidades que as constituem: as próprias instituições moldam essas preferências e o poder. Instituições são, portanto, constitutivas dos atores e vice-versa. Não é suficiente, para este fim, tratar as preferências dos indivíduos como dados exógenos: eles são afetados por arranjos institucionais, pelas normas vigentes, e pelo discurso historicamente contingente das pessoas buscando atingir os seus fins e resolver os seus próprios problemas (KEOHANE, 1988, p. 382, tradução minha).

Portanto, segundo Keohane (1988), as organizações internacionais são instrumentos para institucionalizar regimes, nos quais são atribuídos papéis relevantes aos países mandatários. Ou seja, não há um papel autônomo dessas instituições, elas são construídas a partir de relações interestatais nas quais as grandes potências medem poder e influência. Nesse contexto, a criação do FMI e do GBM serve não só como uma forma de garantir a forte influência dos EUA na economia mundial, mas também como uma ferramenta potente de firmar os ideais capitalistas e liberais no sistema internacional, o que viria ser de suma

importância para a guerra ideológica que se travou nas décadas seguintes contra o comunismo e a União Soviética através da guerra fria.

Naquele período, se formava uma nova ordem econômica mundial na qual os objetivos eram a estabilidade do sistema monetário e financeiro internacional e a reconstrução dos países afetados pela guerra na Europa, que foram cristalizados no FMI e no GBM “(...) que visavam, respectivamente, assegurar a estabilidade monetária e financeira e garantir os investimentos que sustentassem o crescimento econômico” (Rinaldi, 2015, p. 213). A função básica do FMI foi manter a estabilidade do sistema monetário internacional, enquanto o GBM surgiu como um instrumento para reconstrução europeia, logo se transformando em instrumento de financiamento do desenvolvimento (Coelho, 2002).

Desde sua origem, os EUA foram favorecidos pois garantiram seu poder principalmente no FMI com o cargo de vice-diretor geral sendo sempre destinado a um norte-americano. Contudo, a maior vitória foi possivelmente traduzida no sistema de quotas equivalentes às contribuições monetárias nacionais iniciais: quem tivesse a maior quota seria o responsável pela convocação da inauguração do Fundo (e do Banco); evidentemente, os EUA ocupavam tal posição com as maiores quotas tanto no FMI quanto no GBM (Coelho, 2002). Conforme aponta Belluzzo (2009, p. 52), “o problema do FMI não é seu poder excessivo, mas sua deplorável submissão ao poder e aos interesses dos Estados Unidos”, em uma trajetória que se tornou alvo de críticas: “de organismo multilateral criado para limitar o poder dos financistas e assegurar condições para políticas expansionistas nos países industrializados, o FMI converteu-se em guardião da ortodoxia financeira e sinônimo de estagnação no Terceiro Mundo” (Cruz, 2005, p.13).

O GBM e FMI, através das condicionalidades aplicadas nas duas décadas de ajustes estruturais (1980 e 1990), criaram uma ação decisiva para a virada ideológica neoliberal. Para que os países tivessem acesso aos empréstimos, era necessário cumprir uma série de requisitos, que incluía privatizações, desregulamentações, etc, que faziam com que as ideologias neoliberais norte-americanas ganhassem força no mundo através dessas instituições. "Este mecanismo de funcionamento desvenda a ligação entre os instrumentos de financiamento, vulnerabilidade dos tomadores e a aceitação de uma imagem coletiva dominante por parte deste." (Coelho, 2012, p. 612)

2.2 Estrutura

O GBM compõe-se por cinco organizações: O Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), que dá assistência técnica e crédito para países de renda média; 2) A Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), que aloca recursos facilitados para países de renda baixa; 3) A Corporação Financeira Internacional (IFC), que oferece financiamento e serviços de consultoria a empresas privadas de países em desenvolvimento 4) a Agência Multilateral de Garantias de Investimentos (MIGA), que encoraja o investimento estrangeiro nos países em desenvolvimento mediante garantia contra riscos não comerciais e serviços aos governos para atrair investimentos privados ; 5) o Centro Internacional para Conciliação de Divergências nos Investimentos (CICDI), que promove o investimento internacional por meio da conciliação e da arbitragem de disputas entre investidores estrangeiros em seus países hospedeiros. Assim, sua organização pode ser dividida em dois grupos: um que está ligado a atividades mais amplas de desenvolvimento, que é composto pelo BIRD e pela AID, e outro que possui funções mais específicas focadas no fomento do setor privado, esse formado pelo IFC, CICDI e MIGA. O IFC segue a linha do BIRD na tomada de decisões, onde o direito de voto é proporcional ao número de cotas de cada país. Entretanto, é uma entidade separada e distinta do Banco e seus fundos.

Em suma, o FMI empresta dinheiro a países membros em dificuldades financeiras, enquanto o Banco Mundial fornece empréstimos e financiamento para projetos em áreas de desenvolvimento. Sendo assim, no que tange ao grupo de atividades mais focadas ao desenvolvimento do Banco, as atribuições do BIRD são feitas em parceria com a AID. O que diferencia basicamente estas duas instituições é o mecanismo da elegibilidade para o acesso aos recursos. A AID provê recursos para países pobres, de renda baixa, enquanto o BIRD é prestador para países de renda média. Em circunstâncias especiais, o FMI e o BIRD participam de empréstimos consorciados, na função de prestadores de última instância. (Coelho, 2012). Os empréstimos do BIRD e da AID são divididos em dois tipos: empréstimos para investimentos e empréstimos para ajustamentos. Os primeiros têm prazos mais longos, entre cinco e dez anos, e os últimos, de um a três anos (Coelho, 2012).

"O modo de atuação do GBM varia conforme cada período histórico e as prioridades dadas à questão do desenvolvimento, mas grosso modo sustenta-se sobre dois aspectos: a intermediação financeira e o que será chamado neste trabalho de intermediação simbólica" (Coelho, 2012, p.18).

Além de investimentos financeiros e fomento ao desenvolvimento, o GBM também atua como intermediador simbólico através da formação de opinião, o que foi e é utilizado como uma ferramenta para legitimar a forma como atua e sua ideologia neoliberal. Uma das organizações dentro do banco que têm esse papel, é o BIRD. (Coelho, 2012). Outro ponto importante, é o sistema de votos do banco, que é baseado em cotas atribuídas a cada país membro, que por sua vez são determinadas principalmente por sua participação no produto nacional bruto (PNB) global e sua posição na economia mundial. Cada país membro tem direito a um número de votos com base em sua cota. A cota de um país também determina sua participação no capital do Banco e sua capacidade de tomar empréstimos. Os países com cotas maiores têm maior influência nas decisões do Banco, uma vez que têm mais votos e, portanto, mais poder de decisão sobre as políticas e os programas do GBM.

O GBM tem um Conselho de Governadores, composto por um governador e um governador suplente designados por cada um dos países membros. O Conselho de Governadores é a autoridade máxima do GBM, sendo responsável por tomar decisões sobre questões importantes, como a aprovação do orçamento do Banco, a admissão de novos membros, entre outras. O Conselho de Administradores, composto por 25 membros, é responsável pela gestão cotidiana do Banco, incluindo a aprovação de empréstimos e projetos. Os membros do Conselho de Administradores são indicados pelos países membros com as maiores cotas. Na atualidade, constata-se que os Estados Unidos da América ainda exercem a liderança na capacidade de financiamento do GBM, fato que é corroborado pelo seu peso preponderante no sistema de votação, representando em torno de 16% de todos os votos. Posteriormente, seguem-se outras nações como Japão, Alemanha, Reino Unido, França e assim por diante. Contabilizando-se que há mais de 180 Estados-membros do Banco, verifica-se que entre dez e onze países possuem mais de 50% dos votos, o que corrobora a escassez de relevância das deliberações decorrentes do peso de votos detidos por países menores ou mesmo de grandes economias em dificuldades financeiras, tal situação evidencia a diminuta valoração dos votos emitidos por tais países.

2.3 Visão e objetivos

Segundo o portal digital da instituição, o grupo se descreve como uma das maiores fontes de financiamento e conhecimento para países em desenvolvimento. As suas cinco instituições compartilham do compromisso em reduzir a pobreza, aumentar a prosperidade compartilhada

e promover o desenvolvimento sustentável. Como parte dos seus valores, destaca: impacto, integridade, respeito, trabalho em equipe e inovação. Ainda segundo o portal oficial da Instituição, atualmente conta com 189 países membros e mais de 45,9 bilhões de dólares foram emprestados desde sua criação, correspondendo a mais de 12 mil projetos financiados em sua totalidade. A instituição destaca as seguintes metas até 2030: reduzir a porcentagem atual de pessoas que vivem com menos de US\$1,90 por dia para 3% e promover a prosperidade compartilhada aumentando a renda dos 40% mais pobres em todos os países (The World Bank, sd). No seu site institucional, a instituição descreve a sua atuação da seguinte maneira:

"O Grupo do Banco Mundial trabalha em todas as principais áreas de desenvolvimento. Fornecemos uma ampla gama de produtos financeiros e assistência técnica e ajudamos os países a compartilhar e aplicar conhecimentos e soluções inovadoras para os desafios que enfrentam (The World Bank, sd, tradução minha).

Ademais, o GBM também busca levantar um panorama sobre a pobreza e os problemas que vivenciam os países membros, através de pesquisa e sistematização de dados, que são disponibilizados em forma de relatórios em sua página web. Apesar da instituição se orientar por objetivos globais, as deliberações tomadas em suas assembleias são majoritariamente influenciadas pelos Estados Unidos, país de maior proeminência no âmbito do GBM, um dos agentes mais influentes no referido contexto. Ademais, outras nações cujos votos possuem peso histórico tendem a aliar-se com os Estados Unidos, corroborando sua influência.

2.4 Agenda e reformas

No GBM, as alterações se deram, conforme já verificado, com uma ampliação da agenda temática, alteração nos instrumentos de financiamento e alocação dos recursos em termos setoriais e regionais (Coelho, 2002). De acordo com Perry e Garcia (2017), a perspectiva do Banco Mundial acerca do conceito de desenvolvimento experimentou um processo evolutivo ao longo dos anos. Em seus primórdios, notadamente durante as décadas de 1950 e 1960, o referido órgão concebia o desenvolvimento como sendo uma empreitada voltada à construção de infraestrutura pública, fato que se refletia na natureza dos empréstimos então concedidos. Em um segundo momento, a crescente valorização do capital humano como elemento fundamental para o desenvolvimento levou o Banco a expandir sua carteira de investimentos para abarcar setores sociais.

Entre 1968 e 1981 o GBM teve como foco central da sua agenda temas relacionados à redução da pobreza. A partir de 1980 até final da década de 90, a instituição teve seus temas mais voltados ao desenvolvimento. Atrelado a retórica de desenvolvimento, surgiram os programas de ajustes estruturais nesse período, que se trataram dos empréstimos do GBM que impunham uma série de condições econômicas e políticas, exigindo reformas e ajustes que iam de acordo com ideias neoliberais da instituição, e de encontro com a retomada hegemônica dos EUA e a globalização financeira que ganhava força nesse período, visto que 1970 marcou a retomada da hegemonia americana e se caracterizou pela emergência da imagem coletiva neoliberal. (Coelho, 2012). A agenda neoliberal gradualmente avançava nas economias desenvolvidas (Baccaro; Howell, 2011), mas encontrava grande resistência dos países em desenvolvimento. Então, associar essa agenda, sob a forma de condicionalidades, aos empréstimos dos quais esses países necessitavam, forçava-os a mudar suas estruturas produtivas e econômicas.

A agenda do Banco se molda de acordo com o cenário político e econômico de cada época e de acordo com o objetivo de quem tem mais poder dentro da instituição. Segundo Coelho (2012) e sua análise das temáticas dos relatórios do Banco Mundial, que vai de 1978 a 2010, mostra sobretudo que as instituições são capazes de absorver os discursos que comandam a agenda internacional. Além disto, por meio de seus relatórios, elas promovem intermediação simbólica: a capacidade de gerar discursos que passam a ser percebidos como de interesse coletivo, o que pode ser observado notado pela maleabilidade dos temas da sua agenda e de como a instituição vem se adaptando às tendências globais. Nos últimos anos, nota-se que o Banco Mundial vem se adaptando a temas emergentes como mudança climática e questões de gênero, que antes não faziam parte da sua agenda.

Dessa maneira, as reformas também surgiram como uma forma de se adaptar a as demandas globais, onde o cenário se tornava cada vez mais multipolar e multifacetado. Durante os anos 1990, a legitimidade das instituições de Bretton Woods foi progressivamente minada pelas várias crises financeiras que ocorreram nesse período. Essa erosão de legitimidade teve um impacto significativo nos programas de ajuste estrutural, esses programas foram renomeados como "programas de desenvolvimento" depois de 2006 (Coelho, 2005). Para tentar superar essa perda de credibilidade, o banco mudou sua retórica e aos poucos foi adaptando seu posicionamento às demandas e críticas que recebia.

A emergência de novos atores no sistema internacional, o aumento do grau da participação dos países emergentes na economia política internacional, atrelado à crise financeira de 2007-2008, gerou uma certa pressão para as reformas institucionais do Banco Mundial que se iniciaram a partir de 2008. A partir desse período, uma série de mudanças na estrutura de governança e na distribuição de poder, através da alteração na composição das cotas, aconteceram. Destaca-se o aumento da representação de votos dos países emergentes fazendo eles chegarem a 47% dos votos (Coelho, 2012). Na reforma do GBM, uma ênfase especial é dada à transparência institucional e à melhoria das relações com as organizações da sociedade civil. No site da instituição, dedicado às questões relativas à reforma, são destacados os seguintes tópicos: i) aumento do poder de participação e voto dos membros; ii) promoção de responsabilidade e de boa governança; iii) modernização dos serviços financeiros; iv) melhoria da transparência e acesso à informação; e v) revisão da governança interna.

Portanto, através dessas reformas foi possível redefinir, parcialmente, um problema histórico na distribuição das cotas e dos votos e a transparência da organização. Além disso, a instituição também reformulou seus instrumentos de financiamento. Destacam-se os programas de “Empréstimos para Políticas de Desenvolvimento” (DPL), criada em 2004, e os “Programas Baseados em Resultado” (PforR), que foram lançados em 2012, que substituíram os programas de ajuste estrutural, amplamente utilizados nas décadas anteriores (Salles, 2016). Observa-se com essa mudança operacional e na implementação de suas políticas, uma certa "reorientação" do discurso do banco em relação ao papel do Estado, que antes era uma visão negativa, que foi substituída por uma narrativa mais positiva, no sentido de capacitar e melhorar as instituições públicas para regulamentação e fomento da atividade econômica.

Nesse sentido, o GBM parece se utilizar desse discurso para que assim possa realizar ajustes estruturais necessários com a premissa de que a gestão da máquina pública de maneira eficaz, bem como os gastos públicos, é essencial para o desenvolvimento. Apesar de os empréstimos tornarem-se mais flexíveis, e os Estados ganharem mais liberdade em como utilizá-los, eles se tornam mais concentrados: somente aqueles governos que já adotam as instruções difundidas pelo banco, como premissa do seu comportamento, são elegíveis para o financiamento. Os governos ganham liberdade para desenvolver suas políticas dentro de um “ambiente de boas políticas” previamente delimitado pelo Banco Mundial (Salles, 2016).

3 TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A teoria crítica das relações internacionais (TCRI) representa uma abordagem que se destaca por sua análise crítica das estruturas de poder, desigualdades e opressões presentes nas relações internacionais contemporâneas. Portanto, essa teoria é uma ferramenta essencial não somente para explicar as complexidades e dinâmicas das relações internacionais modernas mas sobretudo, transformá-las. Com suas raízes profundamente plantadas nas tradições filosóficas do pensamento crítico e marxista, a TCRI proporciona uma visão crítica que ultrapassa a análise convencional das relações de poder entre os Estados. Tal abordagem nas Relações Internacionais busca construir uma ontologia que transcende a concepção tradicional de atores individuais, como Estados, e os considera como entidades interconectadas. Em outras palavras, a TCRI não parte do pressuposto da unidade dos atores, mas sim de uma perspectiva que enfatiza a coletividade, destacando dimensões interdependentes. No contexto internacional, isso implica a inclusão de elementos de análise que vão além das relações entre Estados e, muitas vezes, deslocando o foco desses atores para destacar outros elementos relevantes (Edkins e Vaughan-Williams, 2009).

Em seu influente artigo "*Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory*" (1986), Robert W. Cox propôs uma teoria que questiona a ordem global existente, buscando entender como essa ordem se desenvolveu. Cox argumenta que essa abordagem crítica desafia a visão convencional das relações internacionais, que tende a considerar os Estados nacionais como atores monolíticos e a política externa como uma mera expressão dos interesses do Estado (Cox, 1986). Em seu núcleo, a teoria crítica está comprometida com a transformação da ordem internacional em termos de realidades políticas, econômicas e sociais. Para além, tal teoria rejeita qualquer visão que assuma a permanência ou imutabilidade de tais realidades como enganosa. Para reforçar essa crítica, Cox (1995) identifica um erro fundamental na tradição realista: a presunção de que o Estado é uma entidade constante. Por isso, essa teoria se dedica em examinar outras formas de poder atuantes no sistema internacional para além do estado e que influenciam nas estruturas de poder, nas desigualdades globais e as opressões sistêmicas, bem como suas consequências para a política mundial. Esta perspectiva crítica tem tido um impacto significativo no campo acadêmico das relações internacionais, estabelecendo-se como uma lente eficaz para a análise de questões contemporâneas que abrangem desde a globalização até a governança global e a resposta aos desafios globais.

Segundo Cox: “a teoria é sempre para alguém e para algum propósito” (1986, p. 128), portanto, é de extrema importância entender o contexto que as teorias são criadas ou usadas, se ela busca manter um ordem existente, ou mudá-la. No âmbito dos Estudos de Relações Internacionais, a temática das Organizações Internacionais têm sido tradicionalmente abordada sob a perspectiva de "teoria de resolução de problemas" tal como conceituada por Cox (1986). Isso pressupõe que essa abordagem concentra-se na identificação de padrões comportamentais e falhas institucionais com a finalidade de aprimorar a eficácia do sistema de governança internacional, sem questionar as dinâmicas de poder preexistentes, assim, fortalecendo o *status quo*². A finalidade primordial da resolução de problemas consiste em otimizar o desempenho das relações sociais e políticas, concentrando-se minuciosamente nas origens específicas das questões em análise. Ao invés de empreender uma crítica abrangente das dinâmicas gerais das relações e instituições, essa abordagem direciona sua análise para problemas circunscritos em âmbitos especializados. Dessa forma, a resolução de problemas, em sua essência, demonstra uma inclinação conservadora, ao buscar reformas pontuais que visam à preservação das estruturas sociais e políticas já estabelecidas e não cede à problematização da ordem global predominante.

Por outro lado, as abordagens de Teorias Críticas têm como propósito fundamental questionar as estruturas de poder vigentes, oferecendo assim um contraponto ao *status quo* e, em última análise, almejando sua superação (Coelho e Sá, 2021). Um dos propósitos centrais da teoria crítica é promover o entendimento da ampla variedade de alternativas viáveis. Ela rejeita a ordem prevalecente e, dessa maneira, assume o papel de orientadora para a ação estratégica, direcionando-a em direção a uma ordem alternativa. Em contraste, a resolução de problemas funciona como guia para a ação tática, muitas vezes mantendo a ordem estabelecida (intencionalmente ou não). Em outras palavras, a teoria crítica concentra-se em explorar o potencial de mudança estrutural e na elaboração de estratégias para a transformação, o que a torna uma ferramenta potente de análise. Esse enfoque crítico continua a influenciar o campo das relações internacionais, desafiando as abordagens tradicionais e promovendo uma compreensão mais profunda das dinâmicas globais.

² Expressão em latim que se refere ao estado atual das coisas, à situação existente ou ao estado presente de uma determinada situação, contexto ou circunstância. Em geral, denota a manutenção ou preservação das condições existentes, sem alterações significativas.

3.1 Teoria crítica e o Grupo Banco Mundial

Abordar a TCRI é importante para entender a atuação do Banco Mundial na pandemia da COVID-19 pois essa teoria oferece uma análise mais profunda das dinâmicas de poder e das desigualdades estruturais que moldam o sistema internacional. A perspectiva crítica argumenta que as instituições internacionais, como o Banco Mundial, muitas vezes servem aos interesses da hegemonia global, mantendo as relações de poder existentes em vez de desafiá-las. Ao aplicar essas teorias para analisar a resposta do Banco Mundial à pandemia, podemos tentar entender se as políticas e os programas implementados pelo Banco têm refletido essas desigualdades estruturais de poder e perpetuado as disparidades econômicas e de saúde em todo o mundo.

3.2 Revisão teórica

Entre os autores de teoria crítica e, mais especificamente, de estudos críticos da globalização, destaca-se o estudo de Robert W. Cox, que é reconhecido pela sua contribuição no campo de estudos das teorias críticas das relações internacionais. Cox explica o papel desempenhado pelas organizações internacionais como expressão das normas universais da hegemonia mundial. O autor apresenta a tese de Gramsci de que os processos de construção de hegemonias se dão dentro de cada Estado, ou seja, há uma precedência do Estado como espaço em que se desenvolvem as forças hegemônicas, antes de qualquer reestruturação das relações internacionais. As nações poderosas são justamente aquelas que trabalharam mais as formas do Estado e as relações sociais, restando às nações periféricas a revolução passiva, a absorção das bases ideológicas das nações desenvolvidas (Cox, 1986).

Ao analisar a internacionalização do Estado hegemônico dos Estados Unidos, Cox destacou a importância das instituições internacionais, como o FMI e o GBM, na manutenção da hegemonia americana. Ele argumentou que essas instituições desempenham um papel fundamental na reconciliação das pressões sociais domésticas com as necessidades de uma economia global (Cox, 1986).³ Para ele, as organizações internacionais são instituições que podem ser afetadas pelas forças sociais e que, por sua vez, podem influenciar as relações internacionais. As organizações internacionais são criadas para lidar com questões globais, como a paz e a segurança, o desenvolvimento econômico, os direitos humanos, o meio

³ Com a internacionalização do Estado, sugerimos que o discurso dominante no governo dos EUA pode se internacionalizar por meio de instituições multilaterais que tenham o poder decisório sob o controle dos EUA.

ambiente, entre outros. No entanto, essas organizações são compostas por Estados e, portanto, podem ser influenciadas pelas forças sociais que operam dentro e fora dos Estados. Além disso, as organizações internacionais podem ser vistas como arenas em que diferentes atores, incluindo Estados, organizações não governamentais e empresas, competem e cooperam para alcançar seus objetivos. A abordagem de Cox (1986) propõe que as organizações internacionais devem ser analisadas em termos de suas relações com as forças sociais e com as mudanças na ordem mundial, a fim de entender melhor seu papel nas relações internacionais.

Cox teoriza que as instituições internacionais são criadas por atores poderosos, como Estados e empresas, e refletem seus interesses e valores. Além disso, ele propõe que as instituições são parte de uma estrutura global de poder que é dominada pelos países desenvolvidos e que perpetua a desigualdade entre os países centrais e periféricos. Ele argumenta que as instituições internacionais são usadas para manter a hegemonia das potências mundiais e para promover seus interesses econômicos e políticos em detrimento dos países da periferia. Portanto, o autor propõe uma abordagem crítica das instituições internacionais que leva em conta suas relações com as forças sociais e com as mudanças na ordem mundial.

Já Craig Murphy ao analisar o potencial papel das organizações internacionais na construção histórica da governança global, observou também com base em categorias gramscianas as contradições presentes em novos e antigos processos construídos em organizações internacionais. Em "Organização internacional e mudança industrial: governança global desde 1850", o autor lembra que tais organizações contribuem desde o início do século 20 para a elaboração de diretrizes e agendas em diversas áreas de atenção global, como meio ambiente, direitos humanos, saúde, produção de alimentos e erradicação da fome. Mas enfatiza que sua atuação mais contundente tem sido verificada na expansão do mercado de produtos manufaturados e no controle dos ciclos de produção industrial. Baseando-se nas ideias de Gramsci, Murphy tenta demonstrar que as organizações internacionais ajudaram o capitalismo a prosperar e ao mesmo tempo fortaleceram os movimentos sociais, sugerindo também que aquelas instituições poderiam promover uma maior difusão da tecnologia, o que contribuiria para mitigar conflitos entre países ricos e pobres (Murphy, 1994). Murphy destaca:

Apesar de as organizações internacionais terem agido como parte da "superestrutura" da economia global capitalista, não foram simplesmente instituições "funcionais" para o capitalismo que, de alguma maneira, seriam resultados "inevitáveis" do próprio capitalismo. Sua história é parte da dialética

entre o capitalismo e maneiras alternativas de se organizar a vida econômica e política (Murphy, 2014, p. 12).

Dentro dessa “superestrutura” da economia global capitalista, as organizações internacionais desempenham um papel fundamental na promoção da globalização, facilitando a cooperação econômica, política, cultural e regulatória entre nações. A era atual de globalização econômica gerou desafios que parecem superar a capacidade das estruturas de governança global. Esses desafios abrangem desde epidemias até riscos que ultrapassam as fronteiras nacionais. Ao examinar as ações do Banco Mundial durante a pandemia da Covid-19, à luz das discussões sobre instituições multilaterais e da teoria crítica das relações internacionais, podemos entender melhor a dinâmica dos sistemas interestatais em resposta a crises globais. Em um mundo marcado por grandes desequilíbrios de poder e influenciado por estados hegemônicos, é essencial analisar os principais atores e suas contribuições para temas como instituições, multilateralismo, hegemonia, ordem mundial e o neoconstitucionalismo.

Dentro dessa dinâmica da globalização, é importante destacar o multilateralismo como uma ferramenta importante para a criação e legitimação das instituições multilaterais. Held (2014, p.66, tradução minha) aponta que "a noção de ‘problemas globais compartilhados’ assegura que o multilateralismo pode moderar (mas não eliminar) as assimetrias de poder" mas nem sempre é o que acontece na prática. O multilateralismo é um instrumento amplamente utilizado por países hegemônicos para perpetuar o *status quo* do sistema internacional, como o próprio Held afirma: "de qualquer forma, o multilateralismo não pode eliminar as assimetrias do poder. Os estados mais poderosos vão ter mais influências nas instituições multilaterais e nos processos" (2014, p.66, tradução minha). Na mesma linha, Wallerstein (2004) que também tem uma visão crítica sobre o multilateralismo, argumenta que o mesmo é uma ferramenta utilizada para manter o *status quo* do sistema capitalista. O autor afirma que o multilateralismo é baseado na ideia de que os países centrais têm interesses comuns e que esses interesses podem ser melhor servidos por meio da cooperação. No entanto, o multilateralismo seria uma forma de cooptar os países periféricos e manter o controle dos países centrais sobre o sistema-mundo.

O multilateralismo é uma característica do sistema-mundo capitalista. Ele é uma forma de organizar a cooperação entre os países centrais para administrar o sistema-mundo. O multilateralismo é baseado na ideia de que os países centrais têm interesses comuns e que esses interesses podem ser melhor servidos por meio da cooperação. No entanto, o multilateralismo também é uma forma de cooptar os países periféricos e manter o status quo do sistema-mundo (Wallerstein, 2004, p.114).

No artigo "*Multilateralism and world order*" de 1992, Cox debate que o multilateralismo é uma interação entre mais de dois Estados, baseado no princípio da nação mais favorecida, dentro de um contexto de economia global interdependente e globalizada. Cabe destacar que Cox enfatiza que o multilateralismo se expandiu com a ascensão da hegemonia americana, impulsionada pela necessidade de promover o capital dos Estados Unidos. Assim, o conceito de multilateralismo surgiu no contexto das negociações do pós-guerra. A “dimensão econômica” do multilateralismo envolve a estruturação das bases para impulsionar a expansão da economia capitalista mundial, resultando em uma mudança na liderança hegemônica, a qual os Estados Unidos assumiram a liderança, substituindo a Inglaterra, que assumiu esse papel por vários séculos. A partir do período pós-Segunda Guerra Mundial até o final do século 20, houve uma mudança significativa na dinâmica internacional. Uma variedade de atores emergiu, incluindo entidades estatais e não estatais, e a pauta da ordem mundial se expandiu para abranger questões de gênero, direitos humanos, etnicidade, paz e ecologia. Este aumento na diversidade de atores e na complexidade da agenda internacional reforçou o conceito de multilateralismo, ampliando seu potencial transformador. No entanto, os Estados Unidos mostraram resistência a organizações internacionais que poderiam desafiar sua liderança e a de seus aliados, como demonstrado pela oposição à Nova Ordem Econômica Mundial (Coelho e Sá, 2021).

Cox aponta que os Estados Unidos começaram a se opor ao sistema das Nações Unidas na década de 1970, período que coincide com o surgimento do hiperliberalismo. Durante esse tempo, as nações ricas da era da Pax Americana começaram a ver as instituições da ONU como adversárias. Nesse contexto, as organizações internacionais, especialmente as instituições financeiras, foram incentivadas a redefinir seus objetivos e trabalhar para integrar os países do Terceiro Mundo na liberalização e desregulamentação de seus mercados (Coelho e Sá, 2021). Portanto, a crítica de Cox ao multilateralismo e a difusão do hiperliberalismo pode ser relacionada à evolução do sistema financeiro internacional pós guerra fria e ao papel do Banco Mundial, que, sob a influência dos Estados Unidos, se tornou um instrumento para promover o hiperliberalismo e consolidar a hegemonia americana, na medida em que se utilizava de ferramentas como a política de ajustes estruturais e do seu poder não só material mas também cultural e ideológico. Segundo Cox (1992) existe uma correlação importante entre multilateralismo e ordem mundial. Os dois estão inter-relacionados, sendo que o primeiro não pode ser desvinculado do contexto histórico em que ocorre, isto é, o contexto que molda a estrutura da ordem mundial, no qual o multilateralismo é uma força ativa. Assim,

para entender o potencial de mudança do multilateralismo, é necessário analisá-lo na perspectiva das relações de poder que movem o sistema mundial.

Com o objetivo de enriquecer a minha pesquisa, torna-se crucial trazer luz sobre a formação da ordem mundial. Para o autor, a Nova Ordem Econômica Internacional (NIEO) possui, entre outros, o sentido de um processo de negociação entre países do Norte e do Sul, do qual emergem instituições e fóruns diversos, em que estão representados, em maior ou menor medida, interesses geográficos e funcionais distintos (Pereira, 2011). Como definem Coelho e Sá (2021, p. 147): "o conceito de ordem mundial envolve uma configuração específica de relações de poder, uma estrutura histórica. São componentes de análise de uma ordem mundial: a economia política global, um sistema interestatal e a biosfera ou o ecossistema global".

A segunda guerra mundial teve grande impacto no sistema internacional e remodelou a ordem mundial. O multilateralismo que surgiu pós guerra, tinha como objetivo a liberalização dos mercados e foi um ponto central para a expansão da globalização. A “estabilidade geopolítica” (bipolar) foi uma pré-condição para a globalização econômica” (Held, 2014, p. 62, tradução minha). A partir daí, várias agências transnacionais e organizações multilaterais surgiram, dando origem a novas políticas globais. Essas políticas envolveram Estados, organizações intergovernamentais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e diversos grupos de pressão. Essa rede de relações permitiu uma comunicação direta entre as potências mundiais e possibilitou a inclusão da periferia capitalista nos processos decisórios multilaterais. No entanto, em seu *modus operandi*, essa rede incorporou a posição privilegiada dos atores mais poderosos do pós-guerra, tendo como liderança os Estados Unidos. Em outras palavras, as novas relações de poder e a ordem mundial constituída refletiram e ainda refletem a assimetria de poder histórica entre os Estados e atores internacionais. Esse reflexo assimétrico, consequentemente, pode ser notado a partir das instituições multilaterais que surgiram naquele período, como a ONU e as instituições de Bretton Woods.

Segundo Stephen Gill (2014, p.5): "A característica central na ordem mundial de hoje é como ela foi moldada por uma 'revolução do mercado mundial' associada à globalização e ao neoliberalismo". Essa característica está relacionada aos processos de integração econômica que ultrapassam as fronteiras nacionais, resultando em um mercado global para produtos, ideias e identidades. Os anos 90 consagraram uma nova ordem mundial, consolidando os

valores ocidentais norte-americanos e um mundo unipolar: um poder global quase ilimitado e com poucas restrições, celebrado como o triunfo incontestável da 'democracia', do 'livre mercado' sem restrições geográficas, e de uma nova 'ordem ética global' fundamentada nos princípios dos 'direitos humanos' (Fiori, 2020).

A chamada “nova ordem mundial” desencadeou um crescimento exponencial na desigualdade entre países, classes e indivíduos. Essa ordem também esteve ligada a uma série de crises econômicas localizadas que culminaram na grande crise financeira de 2008. Esta crise, que teve início nos Estados Unidos, se espalhou pela economia global através das veias abertas da desregulamentação dos mercados globalizados, trazendo consequências sérias tanto em nível nacional quanto global. (Fiori, 2020). Portanto, as crises econômicas e o término da bipolaridade trouxeram mudanças significativas na condução da ordem mundial liberal após a Guerra Fria (1990). Essas mudanças destacaram as estratégias unilaterais dos EUA, ampliando consideravelmente o seu poder imperialista. Paralelamente, a ideologia econômica e política neoliberal, que havia sido descartada no imediato pós-guerra, retomou seu protagonismo em nível global, sob a liderança do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. O conjunto de forças (compostas por diferentes atores), mais ou menos institucionalizadas, capazes de influenciar mudanças estruturais na ordem capitalista mundial e que vão além do poder estatal, embora articuladas com ele, cresceu muito. Isso interferiu significativamente na governança global e setorial no final do século XX. Como resultado, essa mudança na condução da ordem mundial e nas relações de poder entre diferentes atores também afetou a dinâmica multilateral e do sistema interestatal.

Stephen Gill (2014) pontua que estamos em uma era de uma reestruturação neoliberal global da política, associada ao surgimento de uma estrutura constitucional neoliberal que está moldando as políticas atuais e futuras, tanto em nível local quanto global. Estamos vivendo em uma era da supremacia liberal, ou o que ele chama de neoliberalismo disciplinar: "um conjunto de práticas políticas dominantes que, apesar das crescentes contradições, estão reconstituindo de maneira fundamental a sociedade política e civil, bem como as relações entre a humanidade e o meio ambiente" (Gill, 2014, p.1, tradução minha). O autor sugere uma correlação entre o neoliberalismo e outro conceito significativo que ele utiliza para examinar essa dinâmica: o neoconstitucionalismo. Ambos os conceitos são reflexos de diferentes aspectos de um único projeto político neoliberal, cujo objetivo é expandir e intensificar o poder do capital, além de promover a civilização do mercado capitalista. Gill (2014, p.7,

tradução minha) define o neoconstitucionalismo como "os mecanismos específicos de 'travamento' (leis, regras, regulamentos, procedimentos e instituições, como bancos centrais independentes), associados a padrões de acumulação neoliberal".

Desta maneira, o neoconstitucionalismo não se limita simplesmente a um conjunto de leis e mecanismos de regulação e governança supostamente neutros, associados ao capitalismo moderno. Ele representa, de fato, um intrincado conjunto de formas preponderantes de ação política, bem como um grupo de atores, práticas e influências na sociedade política e civil, com ênfase notável nas grandes corporações. Tais práticas buscam o 'entorpecimento' das estruturas de acumulação neoliberal, com o poder geopolítico dos Estados Unidos atuando como seu último guardião (Gill, 2014). Ainda segundo Gill, uma das formas que os EUA garantem seu poder é através das organizações internacionais, onde entrelaça seu poder executivo no centro da governança das principais instituições da economia política global (Gill, 2014). Um exemplo disso é a influência que o país tem nas nomeações de liderança, do poder de veto e da capacidade de moldar a agenda dessas instituições. Como um dos principais acionistas do Banco Mundial e de outras organizações similares, os EUA podem influenciar a direção estratégica, bloquear iniciativas contrárias aos seus interesses e promover políticas alinhadas com suas prioridades econômicas e políticas, reforçando assim sua posição hegemônica no cenário internacional. Essa posição pode garantir também muitos benefícios econômicos:

A regulamentação capitalista e sua estrutura institucional não operam de maneira neutra, como muitos estudiosos do direito liberal parecem implicar, mas sim operam sistematicamente em benefício de interesses específicos, neste caso, grandes bancos e outras corporações poderosas que se beneficiam de enormes subsídios e resgates. (Gill, 2014, p.13)

O autor ainda debate que o neoliberalismo como modelo econômico está repleto de contradições. À medida que os Estados Unidos ampliam progressivamente seu poder e riqueza por meio de mecanismos de exploração, os países periféricos veem suas crises e problemas socioeconômicos se agravarem. Segundo ele:

O neoliberalismo, enquanto estratégia de desenvolvimento social e econômico, está permeado de contradições, crises e práticas contingentes. Um dos aspectos mais notáveis é a forma como ele se correlaciona com aumentos significativos na desigualdade e no deslocamento social. Paralelamente, observa-se uma concentração de riqueza e poder nas mãos de uma plutocracia global (2014, p. 9, tradução minha).

Nesse sentido, torna-se de suma importância esclarecer a problemática da hegemonia, uma vez que a influência preponderante de superpotências, exemplificada pelos Estados Unidos,

em instituições financeiras de alcance global, como o GBM, encontra-se intrinsecamente vinculada a este fenômeno. Isso se deve ao fato de que essas potências têm a capacidade de moldar a ordem econômica mundial, fortalecer seu poder financeiro, impor suas agendas políticas e manter a estabilidade do sistema internacional através de sua influência nessas organizações. Isso não apenas demonstra seu poder executivo, mas também auxilia na manutenção de sua liderança global e influência sobre outros atores no sistema internacional. Assim, a hegemonia se torna um componente fundamental na dinâmica das relações internacionais e na governança econômica global.

Dentro do campo das teorias críticas, a hegemonia pode ser vista através de diferentes perspectivas. Como hegemonia, eu busco delimitá-la principalmente dentro do pensamento Gramsciano e Coxiano, que estão muito correlacionados, visto que Cox se inspirou muito nas ideias de Gramsci. O autor enfatiza que a hegemonia não se resume à imposição de vontade por parte da classe dominante sobre as classes subordinadas, mas também envolve a conquista do consenso. Nesse contexto, a classe dominante não apenas busca impor seus interesses, mas procura persuadir as demais classes de que seus objetivos são compartilhados. A efetivação da hegemonia se manifesta por meio de diversos mecanismos como a cultura, na educação, na mídia e no sistema político. Assim, a classe dominante empenha-se em moldar as ideias e os valores da sociedade de maneira a favorecer seus próprios interesses:

A hegemonia é exercida por uma classe que consegue estabelecer seu domínio sobre outras classes não apenas por meio da força, mas também por meio do consenso. Este consenso é alcançado por meio da construção de uma ideologia que legitima o domínio da classe dominante e convence as classes subordinadas de que seus interesses são os mesmos. (Gramsci, 1971, p. 182)

Já Robert Cox (1986) conceitua hegemonia como uma convergência coerente ou um encaixe entre três elementos essenciais: à configuração de poder material existente, a imagem coletiva predominante da ordem global (abrangendo normas específicas) e um conjunto de instituições que, ao administrar essa ordem, aparentam possuir uma característica de universalidade, ou seja, não se apresentam meramente como ferramentas diretas de um Estado particular. O autor sustenta a perspectiva de que as instituições internacionais são moldadas por atores de grande influência, tais como Estados e corporações, e que refletem os interesses e valores destes atores. Portanto, as instituições são uma peça chave para a hegemonia e na administração da ordem mundial.

Além disso, Cox (1986) argumenta que a hegemonia une aspectos materiais e ideológicos do poder. Deste modo, “a questão fundamental a ser feita sobre as ideologias é: elas sustentam o *status quo* de relações de poder, ou tendem a minar e revê-las?” (1996, p. 363). Importante destacar como Cox se utiliza do conceito gramsciano de hegemonia: “o poder nunca pode ser definido exclusivamente em termos físicos ou materiais. O aspecto material do poder tem sua contraparte nas ideais” (Cox, 1996, p. 362). Em consonância com as teorias de Cox e Gramsci, Gill propõe que a hegemonia transcende o poderio militar e econômico, abrangendo também as esferas cultural e política. Ele defende que essas forças podem ser empregadas para preservar uma ordem hegemônica, mesmo sem a presença de um domínio militar ou econômico absoluto. Para ele, a hegemonia não é simplesmente uma questão de dominação de um estado sobre outros estados, mas sim a relação entre forças econômicas, militares, culturais e políticas que moldam a ordem mundial. O autor argumenta que os EUA conseguiram manter sua posição hegemônica não apenas por causa de seu poder militar e econômico, mas também devido à sua influência cultural e política. (Gill, 2014)

Trazendo as ideias de Cox, Gramsci e Gill para a análise do Banco Mundial, fica evidente que a instituição busca criar o ”consenso” como ferramenta de legitimidade, através do seu simbolismo e suas narrativas ao empregar estratégias simbólicas como parte de sua abordagem de construção da hegemonia e influência no campo no sistema internacional. Por meio de seu logotipo e slogans, o GBM projeta uma imagem e cria uma narrativa de compromisso com o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza. Além disso, a produção de relatórios e documentos que enfatizam a ”eficácia” de suas intervenções serve como uma ferramenta simbólica para legitimar seu papel. A organização também se utiliza de conferências e eventos internacionais e cria um palco simbólico que serve como instrumento para criar um consenso neoliberal. Uma das ferramentas para a criação desse consenso é fomentar imagens coletivas, criar uma agenda mais ampla que acate problemas globais (como o meio ambiente, por exemplo) e insira os países periféricos, construindo ”pautas universais” (Coelho, 2012)

Já Craig Murphy (1994) pontua que a ONU e as Organizações Internacionais contemporâneas tem cumprido efetivamente um papel “como parte da ‘super-estrutura’ da economia capitalista mundial” e contesta análises que reduzam o entendimento das OIs a uma funcionalidade de reprodução do capital, já que tais organizações, inclusive para se legitimarem, seguem sendo espaços estratégicos para construção, a consolidação e o

aprimoramento de princípios e valores universais essenciais para todos. No entanto, essa promoção de valores universais, como apresenta Murphy, é o que Robert W. Cox (1996), caracteriza como um dos papéis desempenhados pelas organizações internacionais para a consolidação de um projeto de hegemonia:

De fato, a organização internacional funciona como o processo pelo qual as instituições da hegemonia e sua ideologia são desenvolvidas. Entre as características da organização internacional que expressam seu papel hegemônico estão as seguintes: (1) as instituições incorporam as regras que facilitam a expansão das ordens mundiais hegemônicas; (2) elas são, por si mesmas, o produto da ordem mundial hegemônica; (3) elas legitimam ideologicamente as normas da ordem mundial; (4) elas cooptam as elites de países periféricos; e (5) absorvem ideias contra-hegemônicas (Cox, 1996, p. 138).

Contudo, como o próprio Cox reconhece, é neste jogo de legitimação, que inclui a absorção de demandas contra-hegemônicas, que se encontra o cerne da questão de perceber como tais questões são incorporadas. Cox também destaca que o multilateralismo tem se tornado um espaço onde existe uma disputa constante entre “a tentativa de dar suporte à liberdade de movimento das poderosas forças econômicas homogenizantes e os esforços para construir uma nova estrutura de regulação protegendo a diversidade e os que têm menos poder” (Cox, 1996, p. 15). Portanto, Cox assume uma abordagem crítica em relação a essas instituições internacionais, considerando não apenas suas interações com as forças sociais, mas também sua adaptação às transformações ocorridas na ordem global. (Coelho e Sá, 2021). O conceito de hegemonia sintetiza não apenas o aspecto de poder material, mas também aspectos materiais e ideológicos. Nesse sentido, é importante destacar o papel das organizações internacionais em institucionalizar as relações de poder. Como diz Cox (1996, p. 364):

A organização internacional é encarada aqui como o processo que tem lugar nas relações mundiais de poder – um processo no qual a hegemonia torna-se institucionalizada (...) A hegemonia é o segredo da vitalidade das instituições. Algumas instituições são bem-sucedidas na adaptação a uma hegemonia em transformação, outras fracassam. A efetividade das instituições internacionais deve ser medida pelo seu encaixe na hegemonia prevalecente. O tema da mudança institucional é, portanto, secundário em relação à questão da mudança na hegemonia.

Cabe destacar o papel das forças sociais (representadas pelas instituições) na formação das instituições e do poder. Cox argumenta que as instituições internacionais, embora intermediadas pelos Estados e refletindo seus interesses, são moldadas pelas forças sociais. Ele sugere que essas forças sociais não estão confinadas dentro dos Estados, mas podem ultrapassar as fronteiras estatais. As estruturas mundiais, portanto, podem ser descritas em termos de forças sociais, assim como podem ser descritas como configurações de poder

estatal. Os Estados desempenham um papel intermediário, mas autônomo, entre a estrutura global das forças sociais e as configurações locais dessas forças dentro de países específicos. O autor vê o poder como emergindo de processos sociais, e não como dado na forma de capacidades materiais acumuladas. (Cox, 1986)

A partir das teorias críticas, é possível notar que as organizações internacionais, com suas normas e mecanismos, estão entre as principais formas de expressão da hegemonia mundial, decorrendo das forças e Estados hegemônicos, servindo à expansão da hegemonia, legitimando ideologicamente a ordem mundial e cooptando as elites econômicas e intelectuais dos países periféricos. Estas instituições são espaços centrais para compreender a configuração da ordem mundial e o jogo de forças entre os agentes que influem nela. Apesar da complexidade e críticas tecidas às instituições internacionais, elas não devem ser vistas como irrelevantes ou completamente ineficazes. Robert Cox (1996) argumenta que as OIs não devem ser vistas apenas como epifenômenos superestruturais de relevância secundária. Ele sugere que elas são arenas de luta indispensáveis, com potencial para se tornarem atores sociais por si mesmas, possuindo um certo grau de agência própria.

Além disso, a análise crítica das instituições internacionais nos leva a reconhecer que, embora elas possam refletir desequilíbrios de poder e interesses, também oferecem espaços de contestação e possibilidade de mudança. Dentro dessas instituições, atores não hegemônicos, como países em desenvolvimento e organizações da sociedade civil, podem buscar influenciar as agendas globais, levantar questões cruciais e promover reformas. Portanto, as instituições internacionais não são estáticas, e sua eficácia pode ser moldada e aprimorada por meio do engajamento ativo e das pressões exercidas por atores comprometidos com uma ordem global mais justa e equitativa. Nesse sentido, a análise crítica não apenas destaca os desafios, mas também aponta para o potencial transformador dessas instituições em busca de um mundo mais inclusivo e igualitário.

Em resumo, ao analisar as teorias críticas no campo das relações internacionais e sua aplicação ao papel do Banco Mundial, compreendemos que a hegemonia não se limita apenas ao poder militar e econômico, mas também envolve aspectos culturais e políticos. O GBM, ao criar um "consenso" por meio de estratégias simbólicas e narrativas, busca legitimar sua influência no cenário internacional. As instituições internacionais, como destacado por Cox, refletem e moldam as relações de poder globais, tornando-se elementos-chave na perpetuação da hegemonia das nações desenvolvidas.

Nesse sentido, a aplicação de teorias críticas das relações internacionais ao estudo das organizações internacionais, mais especificamente o Banco Mundial, em momentos de crise, como a covid 19, oferece *insights* cruciais sobre as implicações sociais, políticas e econômicas das políticas e práticas dessas instituições no contexto das relações internacionais. Esta pesquisa ilustra como a teoria crítica desafia a noção de que as organizações internacionais operam de forma neutra e destaca a necessidade de um exame crítico das estruturas de poder e desigualdades presentes no sistema internacional como combustível para transformá-los.

4 A ATUAÇÃO DO GRUPO BANCO MUNDIAL NA COVID 19

4.1 Os impactos econômicos da Covid 19

A pandemia de COVID-19 evidenciou a incapacidade das organizações multilaterais globais em coordenar ações eficazes e inclusivas em resposta a um dos desafios mais significativos enfrentados pelo sistema de Estados em décadas. Atualmente, todas as nações do mundo estão enfrentando impactos adversos decorrentes da pandemia em uma ampla gama de áreas. No entanto, é fundamental ressaltar que os efeitos da pandemia variam substancialmente entre países periféricos, semiperiféricos e países centrais, devido à desvantagem tecnológica, econômica e social que as primeiras categorias enfrentam na estrutura da ordem mundial capitalista. Até 2023, foram registrados mais de 6 milhões de mortes e milhões de mortes e acima de 700 milhões de infectados no mundo todo, segundo o banco de dados sobre o vírus da OMC (2023). Até 2021, o continente americano tinha sido o mais afetado por casos da Covid 19 (OMC, 2021). Em relatório da *Johns Hopkins University* sobre a taxa de mortalidade per capita, 6 países latino americanos estavam entre os 10 países com mais mortes per capita no mundo (BBC, 2020). Seja por falta de acessos a mecanismos de combate, ou pela desvantagem econômica, os países do sul global são os que mais sofreram e sofrerão por um maior período o impacto da Covid 19. A pandemia não só causou mortes, como também intensificou as desigualdades globais e agravou problemas sociais relativos à educação, fome, desemprego e pobreza, aumentando a vulnerabilidade de povos marginalizados e dos países periféricos.

A pandemia teve um impacto devastador na educação global. O fechamento prolongado das escolas resultou em perdas significativas de aprendizado, afetando especialmente crianças

mais jovens e vulneráveis. Em 2022, a Unicef afirmou que países de baixa e média renda, até 70% das crianças de 10 anos não conseguiam mais ler ou entender um texto simples.. Além disso, a pandemia afetou a saúde mental das crianças, seu acesso à alimentação regular e aumentou o risco de abuso (Unicef, 2022). Segundo a Unesco (2021), em 2021 dois terços dos países de renda baixa e média-baixa cortaram seus orçamentos para a educação pública devido a problemas enfrentados com o gasto público e a crise ocasionada pela covid 19. De acordo com o relatório "O Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI) 2021", elaborado por agências das Nações Unidas, aproximadamente 811 milhões de pessoas, cerca de um décimo da população global, enfrentaram subalimentação em 2020. Além disso, mais de 2,3 bilhões de pessoas, ou 30% da população global, não tiveram acesso adequado à comida durante todo o ano, um aumento acentuado em comparação aos anos anteriores (Fao, 2021). Um dos resultados foi o aprofundamento da desigualdade de gênero, destacando a urgente necessidade de esforços globais para cumprir a promessa de acabar com a fome até 2030. Já em 2023, o relatório SOFI revela que o número de pessoas que passam fome no mundo aumentou em 122 milhões quando comparado ao cenário pré -pandemia, em 2019, agravando ainda mais a situação da segurança alimentar global (FAO, 2023)

A organização internacional do trabalho apontou que a perda de horas de trabalho afetou mais os países de renda baixa e média-baixa, especialmente na África, nas Américas e nos Estados Árabes e que a recuperação de horas de trabalho se equiparia à das economias mais ricas em pouco mais de um trimestre se países de renda baixa tivessem acesso equitativo às vacinas. (OIT, 2021). Em 2022 a OIT calculou que 207 milhões de pessoas estavam sem trabalho no mundo e que a tendência de maior desemprego seguiria até 2023. A OIT também afirma que o efeito “desproporcional da crise sobre o emprego para as mulheres continuará nos próximos anos”. (ONU, 2022)

Segundo a ONU (2021), a pandemia lançou meio bilhão de pessoas na pobreza extrema no mundo, revertendo o progresso dos últimos anos. Enquanto em 2020, o número era de 13,1% da população, em 2021 o valor subiu para 13,8%. De acordo com a Cepal, esse é o primeiro retrocesso em 27 anos (ONU, 2022). O Banco Mundial prevê que até 2030, cerca de 600 milhões de indivíduos enfrentarão dificuldades para sobreviver acima da linha da pobreza (US\$2,15 por dia). Seu relatório mais recente, intitulado "Pobreza e Prosperidade Compartilhada," fornece uma análise do cenário global de pobreza, especialmente após os choques econômicos dos últimos anos (The World Bank, 2022c). O relatório destaca que a

pandemia de COVID-19 resultou no aumento de cerca de 70 milhões de pessoas na extrema pobreza em 2020, marcando o maior aumento anual desde o início do monitoramento global em 1990 (The World Bank, 2022a). Conseqüentemente, o número de pessoas vivendo com menos de US\$2,15 por dia atingiu aproximadamente 719 milhões no final de 2020. Esses dados ressaltam os desafios significativos que o mundo enfrenta na luta contra a pobreza global, sobretudo nos países mais pobres.

Os países periféricos e semiperiféricos enfrentam desvantagens significativas nos impactos da COVID-19 a longo prazo, de maneira assimétrica, confrontando riscos e desafios muito maiores quando comparados aos países centrais. Os países com mais recursos financeiros tiveram uma grande vantagem em mitigar e prevenir os efeitos da pandemia. Logo após os primeiros impactos negativos da pandemia, os países mais ricos assumiram uma enorme vantagem ao alocar grandes montantes de capital para proteger suas economias dos efeitos da pandemia. Como aponta Pereira (2020), logo no final de março de 2020, o Congresso dos Estados Unidos aprovou um notável pacote de estímulo econômico no valor de mais de 2 trilhões de dólares, equivalente a aproximadamente 10% do PIB do país. Quatro meses mais tarde, durante as deliberações do Congresso, senadores republicanos propuseram a adição de mais 1 trilhão de dólares ao pacote em discussão. Já em julho de 2020, os líderes da União Europeia chegaram a um consenso para a alocação de 750 bilhões de euros a partir do fundo de assistência à região, sendo 390 bilhões destinados como subsídios não reembolsáveis e os restantes 360 bilhões designados na forma de empréstimos.

Enquanto isso, os países de renda *per capita* baixa e média enfrentavam o grande desafio de lidar com os desafios da dívida pública e recursos necessários para enfrentar as crises. Nesse cenário, esses países tiveram uma perda de receita fiscal devido à queda na atividade econômica e custos para reestruturar dívidas insustentáveis e se viram obrigados a recorrerem aos empréstimos internacionais para combater a crise sanitária. Nesse sentido, as instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, atuaram como principais fontes de empréstimos internacionais para combater e mitigar os efeitos da Covid 19. Com o início da vacinação contra a covid 19 pelo mundo no final de 2020, a necessidade de recursos financeiros aumentou e a desigualdade do sistema mundial ficou ainda mais escancarada. A vacina virou um instrumento de poder e de acirramento das diferenças sociais entre os povos. Desde março de 2020, com a pandemia em ascensão, a comunidade internacional visava o desenvolvimento e a distribuição de vacinas. No entanto, a realidade

escancarou a desigualdade do poder entre os Estados, com países de alta renda assegurando um acesso prioritário às doses e países mais pobres ficando notoriamente para trás. Até abril de 2021, mais de 700 milhões de doses foram administradas, 87% foram inoculadas nos países mais ricos e apenas 0,2% foram para os países de menor renda (El País, 2021).

Essa disparidade persistente tornou-se evidente em julho de 2021, quando o Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) enfatizou que a desigualdade na vacinação representava o maior obstáculo global para conter a pandemia (Nações Unidas Brasil, 2021). As análises de março de 2022 destacaram que, das 10,7 bilhões de doses distribuídas globalmente, apenas 1% foi administrado em países de baixa renda, deixando 2,8 bilhões de pessoas aguardando a primeira dose (Nações Unidas Brasil, 2022). A falta de equidade na distribuição de vacinas foi ainda mais ressaltada pela constatação de que 50 dos 54 países africanos não deveriam atingir a meta de vacinação de 70% até meados de 2022. Além disso, estudos demonstraram que, se os países de baixa renda tivessem tido a mesma taxa de vacinação que os de alta renda, teriam experimentado um aumento significativo no PIB (Nações Unidas Brasil, 2022).

Embora as vacinas tenham sido desenvolvidas com notável rapidez, as barreiras econômicas e comerciais, como a resistência das empresas farmacêuticas em relação à quebra de patentes, contribuíram para a manutenção da desigualdade na distribuição de vacinas (Chade, 2021). Em 2023, apesar dos avanços na vacinação, mais de 3 bilhões de pessoas em todo o mundo continuam sem acesso às vacinas da COVID-19, com mais de 70 países tendo aplicado menos de uma dose por pessoa (Ministério da Saúde, 2023). A desigualdade na distribuição de vacinas reflete a disparidade de poder e recursos entre os Estados, onde os países centrais detêm mais influência. Da mesma forma, a questão da dívida externa também está relacionada a essa dinâmica de poder desigual. Muitos países de média e baixa renda enfrentam dívidas significativas com instituições financeiras internacionais, o que os coloca em uma posição de dependência em relação aos países mais ricos e às instituições financeiras globais. Essa dependência é acentuada em momentos de crise, como a pandemia de COVID-19, onde os países centrais podem impor condições rigorosas para o alívio da dívida ou para a obtenção de assistência financeira. Portanto, a persistência da desigualdade na distribuição de vacinas durante a pandemia destaca o perfil imperialista e hegemônico dos países centrais, que usam sua posição de poder para manter o controle sobre recursos essenciais, como vacinas, e para impor condições desfavoráveis aos países de média e baixa renda, agravando ainda mais a sua

relação de dependência econômica. Isso mostra como a desigualdade na distribuição de vacinas e a questão da dívida externa estão interligadas, ambas evidenciando a disparidade de poder no sistema internacional.

4.2 A questão da dívida externa

A pandemia da COVID-19 desencadeou uma crise econômica global de proporções incomparáveis, afetando desproporcionalmente os países de baixa renda e agravando as desigualdades do sistema internacional. A resposta à emergência de saúde pública, que envolveu a necessidade de recorrer a empréstimos financeiros, gerou uma escalada dramática do endividamento externo desses Estados. Em 2020, a dívida dos países de baixa renda experimentou um aumento significativo, atingindo um recorde de US\$860 bilhões, o que representou um aumento de 12% (ONU, 2021b). Inicialmente, muitas dessas economias já enfrentavam desaceleração no crescimento econômico antes da pandemia, o que agravou a sua situação financeira (ONU, 2021b). Em países como Angola e Moçambique, por exemplo, houve um aumento de 4%, enquanto São Tomé e Príncipe viu seu endividamento disparar para 15% (ONU, 2021b). O Banco Mundial ressalta que a magnitude da resposta fiscal à crise foi determinada, em parte, pela dificuldade de muitos países de baixa renda em mobilizar recursos devido ao acesso limitado aos mercados de crédito e aos altos níveis de dívida pública pré-crise (The World Bank, 2022b).

O relatório do Banco Mundial destaca que, no final de 2021, os países mais pobres gastavam mais de um décimo de suas receitas de exportação para pagar o serviço de sua dívida pública e com garantia pública de longo prazo. Este nível de endividamento representa a maior proporção desde 2000, colocando em risco a recuperação e a capacidade de reconstrução sustentável desses países (The World Bank, 2022b). O risco de uma crise de dívida é iminente, com cerca de 60% dos países mais pobres já enfrentando alto risco de endividamento ou dificuldades (The World Bank, 2022). O superendividamento dos países periféricos e semiperiféricos limita a capacidade dos governos de apoiar a recuperação econômica e dificulta a capacidade do setor privado de investir a médio prazo (IMF, 2021). Essas restrições econômicas são agravadas pela necessidade de lidar com as consequências econômicas da pandemia, a curto, médio e longo prazo. A pandemia da COVID-19 exacerbou uma crise já existente de endividamento externo sobretudo nos países mais pobres, que enfrentam um círculo vicioso de endividamento, segundo Eric Toussaint (2021).

Toussaint em sua obra *História Crítica do Banco Mundial*, faz uma análise minuciosa do endividamento dos Países em Desenvolvimento (PED) no período de 1970 a 2004. Ele destaca como esse endividamento se tornou um ciclo vicioso no qual os países se endividavam cada vez mais para conseguir pagar suas dívidas. Essa análise se correlaciona diretamente com a situação atual dos países de baixa e média renda, que viram seu endividamento externo aumentar de forma significativa em resposta à pandemia da COVID-19.

Ele aponta que a gestão da dívida externa dos PED resultou em um poderoso mecanismo de transferência de capitais dos países endividados para os países credores, sejam eles privados ou públicos (Toussaint, 2021). Essa observação ressoa com a realidade da pandemia, na qual os países mais pobres enfrentam um aumento substancial de suas dívidas externas, como evidenciado pelos relatórios do Banco Mundial e do FMI. A pandemia da COVID-19 levou a uma escalada do endividamento dessas nações, que agora enfrentam a difícil tarefa de pagar dívidas crescentes, limitando sua capacidade de investir em pilares essenciais para a recuperação econômica e social. Antonio Guterres, Secretário Geral da Onu, afirma:

"Alguns governos estão sendo forçados a escolher entre efetuar pagamentos de dívidas ou entrar em *default* para pagar os trabalhadores do setor público, podendo arruinar sua classificação de crédito por anos. Ele acrescentou que 'a África agora gasta mais com custos de serviço da dívida do que com cuidados de saúde!'" (Associated Press, 2023)

O conceito de um "círculo vicioso de endividamento permanente com transferências volumosas que beneficiam os credores" (Toussaint, 2021, p. 180) mencionado por Toussaint, também ecoa nas atuais preocupações sobre a sustentabilidade da dívida nos países mais pobres. Enquanto os empréstimos contraídos pelos governos desses países aumentam, eles continuam a pagar reembolsos substanciais, o que não resulta na redução de sua dívida, mas sim em um agravamento de sua situação financeira. Já Noam Chomsky em entrevista, aponta que essa é uma prática comum do Banco Mundial e do FMI desde o seu início:

"Ao longo da década de 1970, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional pressionaram os países a tomar empréstimos e contrair dívidas enormes. Eles argumentam que era a coisa certa a fazer. No início da década de 1980, com o regime de Volcker em Washington, o sistema todo entrou em colapso e os países que haviam contraído as dívidas foram deixados à mercê da situação. Em seguida, o Banco Mundial e o FMI os pressionaram fortemente a introduzir programas de ajuste estrutural — o que significa que os pobres têm que pagar as dívidas contraídas pelos ricos. E, é claro, houve um desastre econômico em todo o mundo" (FPIF, 2007).

Assim, a análise de Eric Toussaint sobre a dívida externa e seu impacto nos PED no passado e a fala de Noam Chomsky são altamente relevantes para compreender o contexto atual de endividamento excessivo dos países de baixa renda em face da pandemia da COVID-19. A conclusão de Toussaint de que o círculo virtuoso não funcionou e se transformou em um círculo vicioso destaca a problemática existente na questão da dívida externa mundial e relação viciosa de dependência que se cria com credores como o Banco Mundial. Nesse contexto, é fundamental analisar a atuação do Banco Mundial, que desempenha um papel significativo como um dos principais credores, principalmente para países de baixa renda.

4.3 A atuação

A análise da atuação do Banco Mundial durante a pandemia da COVID-19 desempenha um papel crucial na compreensão mais profunda das ações e políticas da instituição em um momento de crise global. A importância dessa análise reside na necessidade de examinar não apenas as narrativas e declarações oficiais do Banco Mundial, mas também nas ações concretas que a instituição adotou em resposta à pandemia. Este capítulo se concentra em desvendar se o Banco Mundial rompeu com sua tradicional agenda neoliberal ou se continuou a operar sob os pilares do neoliberalismo. A compreensão das políticas reais do Banco Mundial durante a crise da COVID-19 é fundamental para avaliar seu impacto nas economias dos países de baixa e média renda e como isso afeta a assimetria do sistema internacional e a relação de dependência dos países do sul. A minha análise da atuação do Banco Mundial não se limita apenas à questão da dívida pública, mas também se estende à forma como a instituição lidou com questões econômicas, sociais e de "desenvolvimento" em países em desenvolvimento (PED). O entendimento de como o Banco Mundial opera, suas políticas de empréstimo, suas condições e seu impacto nas economias dos PED é essencial para compreender a complexa dinâmica da assistência financeira internacional e como ela se correlaciona com a teoria crítica das relações internacionais e os termos abordados anteriormente como a hegemonia, o multilateralismo e ordem mundial.

4.4 Definições

Na condução da análise da minha pesquisa, torna-se imprescindível a apresentação de definições fundamentais que estabeleçam o arcabouço conceitual necessário para a compreensão aprofundada dos elementos centrais abordados no estudo. É importante ressaltar,

no entanto, que essa tarefa é realizada com certa relutância. Por conseguinte, optei por adotar terminologia do banco de "Países em Desenvolvimento" (PED) para classificar nações com base em suas características socioeconômicas.

No exercício dessa classificação, o Banco Mundial (2022) categoriza o PED, países segundo seus níveis de renda per capita, utilizando um sistema composto por três estratos: renda baixa, renda média baixa e renda média alta. Estas categorias são delineadas com base em uma média dos últimos três anos da renda nacional bruta (RNB) per capita, devidamente ajustada para levar em consideração os efeitos da inflação e a paridade do poder de compra (PPC). Vale destacar que os valores de renda para cada categoria estão sujeitos a revisões anuais conduzidas pelo Banco Mundial. De acordo com as informações disponíveis até o ano de 2022, esses limites foram estabelecidos como segue:

- Renda baixa: RNB per capita inferior a US\$ 1.035
- Renda média baixa: RNB per capita entre US\$ 1.036 e US\$ 4.045
- Renda média alta: RNB per capita entre US\$ 4.046 e US\$ 12.535

Assim sendo, a classificação dos países em AID (Associação Internacional de Desenvolvimento) e BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento) é conduzida com base em critérios de renda e capacidade de crédito. A AID concentra seus esforços em apoiar as nações mais economicamente desfavorecidas, cuja renda per capita se classifica como renda baixa e que não têm acesso aos mercados financeiros internacionais. Por sua vez, o BIRD presta assistência a países de rendimento médio, cuja renda per capita situa-se entre renda média baixa e renda média alta (The World Bank, sd)

Os empréstimos da AID oferecem taxas de juros zero ou baixas, com prazos de reembolso que podem chegar a 30 a 40 anos, incluindo um período de carência de 5 a 10 anos. Os termos de empréstimo são estabelecidos com base no risco de endividamento dos países beneficiários, no GNI per capita e na capacidade de crédito. Países com alto risco de endividamento recebem 100% de assistência financeira na forma de subsídios, enquanto aqueles com médio risco de endividamento recebem 50% em subsídios. Outros países beneficiários recebem empréstimos da AID em termos regulares ou mistos, com maturidades de 38 e 25 anos, respectivamente (Banco Mundial. sd). Já o BIRD oferece empréstimos com taxas de mercado ou próximas do mercado e também concede empréstimos a países mais

pobres com capacidade de crédito que também são elegíveis para o apoio da AID. (Banco Mundial, sd)

4.5 Críticas a atuação do Grupo Banco Mundial

A atuação do Banco Mundial durante a pandemia da COVID-19 enfrentou diversas críticas contundentes em várias frentes. A instituição exigiu condicionalidades rigorosas, incluindo medidas de austeridade e a priorização de empréstimos em vez de doações aumentando a carga da dívida dos países, que já sofrem com desafios de endividamento crônico. A falta de transparência, a falta de foco nas necessidades das populações mais vulneráveis e a escalada da dívida externa são preocupações adicionais que destacam a necessidade de repensar as políticas e práticas das instituições financeiras internacionais para garantir uma resposta mais eficaz e equitativa às crises globais.

Uma crítica que há muito vem sendo discutida dentro da TCRI é à atuação de instituições financeiras internacionais, como o GBM e a promoção de práticas neoliberais e imperialistas, que refletem os interesses dos países hegemônicos. Isso envolve a ênfase na privatização e de incentivo ao setor privado, políticas de austeridade fiscal que prejudicam serviços públicos, a liberalização do comércio sem considerar as realidades locais e o possível fortalecimento do setor financeiro global em detrimento das necessidades dos países em desenvolvimento. Além disso, a aplicação de políticas padronizadas em contextos diversos é vista como desconsideração das especificidades de cada estado, potencialmente agravando as desigualdades sociais e econômicas.

Logo no primeiro ano da pandemia, diversos especialistas apontaram para os problemas da atuação do Banco Mundial em meio à crise. Tanto o Banco Mundial quanto o FMI foram criticados pelo pouco apoio dado aos países pobres e de renda média na pandemia e suas exigências para desregular a indústria doméstica para favorecer o setor privado (Outra Saúde, 2020). Lidy Nacpil, coordenadora do Movimento dos Povos Asiáticos sobre Dívida e Desenvolvimento, apontou:

"As instituições financeiras internacionais vão deixar os países em situação muito pior do que estavam antes da pandemia. O interesse deles não é principalmente que esses países se recuperem, mas fazer com que eles voltem a contrair empréstimos" (Folha de São Paulo, 2020)

Outra crítica levantada pela Folha, foi de que os países mais pobres lutaram sozinhos contra a Covid 19 e que o apoio inicial do Banco Mundial e FMI não foram significativos. Os recursos foram limitados e elevaram as dívidas desses países a patamares insustentáveis. Os países foram forçados a reduzirem gastos em um momento em que era necessário reforçar o sistema de saúde e ajudar as pessoas que sofreram perda de renda. Enquanto isso, as nações mais ricas tiveram surtos extraordinários de créditos liberados por bancos centrais e gastos de seus governos. Estima-se que a parcela mais rica do mundo liberou mais de 8 trilhões de dólares (Folha de São Paulo, 2020).

O próprio ex-diretor executivo dos EUA no conselho do FMI, Douglas Rediker, afirmou "Nesta crise, não houve uma resposta coordenada e comunicada" relatando a ineficiência das iniciativas tomadas pelas instituições financeiras (Financial Times, 2020). O Financial Times afirmou que o mundo em desenvolvimento precisava de uma resposta maior a pandemia. Em abril, Kristalina Georgieva, diretora-gerente do FMI, afirmou que as necessidades de financiamento externo dos países emergentes e em desenvolvimento estariam na ordem dos "trilhões de dólares" , mas até 2020 a resposta da comunidade internacional tinha sido mais contida. O FMI emprestou US\$ 100 bilhões em empréstimos de emergência, e o Banco Mundial reservou US\$ 160 bilhões para empréstimos ao longo de 15 meses, mesmo estimando que os países de baixa e média renda precisarão de valores entre US\$ 175 bilhões e US\$ 700 bilhões por ano (Financial Times, 2020)

4.6 A Facilidade de Resposta Rápida

Em 3 de março de 2020, os Diretores Executivos do Grupo Banco Mundial, se reuniram para deliberar sobre a primeira resposta à pandemia global da COVID 19. Nessa ocasião, eles expressaram seu apoio à iniciativa do Grupo Banco Mundial de tomar medidas para auxiliar os países clientes a enfrentar a crise e na contenção da disseminação da COVID 19. Como parte desse esforço, foi lançada a Facilidade de Resposta Rápida (*Fast Track Facility*) do Grupo Banco Mundial para a COVID 19, com um montante inicial total de US\$ 12 bilhões, dos quais US\$6 bilhões seriam provenientes do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) e US\$8 bilhões da Sociedade Financeira Internacional (IFC). Posteriormente, a IFC aumentou sua contribuição de US\$6 bilhões para US\$8 bilhões, elevando o montante total do programa para US\$14 bilhões. (World Bank Group, 2020a). Essa proposta foi expressa em um primeiro documento chamado "Proposta para uma resposta ao covid-19 do Banco Mundial no âmbito

da Iniciativa de Resposta Rápida ao Covid-19" (World Bank Group, 2020a) que será analisado a seguir. A IFC preparou um documento separado detalhando sua própria resposta à pandemia, que será analisada posteriormente. O banco descreve que sua proposta de resposta e covid-19 englobaria financiamento de emergência, orientação política e suporte técnico, utilizando as ferramentas já disponíveis para auxiliar as nações qualificadas tanto pela AID quanto pelo BIRD na mitigação dos efeitos da COVID-19 na saúde e no desenvolvimento global (World Bank Group, 2020a). Merece destaque aqui, o papel de *advocacy*⁴ que o banco irá ter ao decorrer de toda a sua intervenção durante a pandemia através das suas orientações políticas e suporte técnico que deve ser rigorosamente obedecido caso os países queiram receber qualquer tipo de auxílio.

Na seção de elegibilidade o banco ressalta que: "A administração espera que todos os países elegíveis para receber recursos da AID e do BIRD sejam capazes de acessar o apoio sob a Resposta do Banco Mundial à COVID-19 (World Bank Group, p. 4, 2020a) mas deixa uma nota alertando que para os países poderem receber os recursos do *Fast Track Facility* eles devem estar em situação de acumulação com o banco, ou seja, cumprindo suas obrigações financeiras com a instituição e devem ser dignos de crédito (dentro do que o próprio banco estabelece como "digno de crédito"). Considerando o contexto da crise econômica de 2020, no qual os países enfrentam crescentes desafios econômicos acumulados desde a crise 2008 e afundaram em dívidas insustentáveis, resultando no agravamento da pobreza e da fome, particularmente em países de menor renda, surge a necessidade de questionar a eficácia de tal mecanismo destinado à gestão dos impactos da Covid 19 mas que exige que os países, neste mesmo cenário, mesmo aqueles com recursos financeiros limitados, estejam em conformidade com suas obrigações de dívida junto ao Banco Mundial e atendam aos critérios de solvência para acessar a assistência financeira. Em outras palavras, países com dificuldades acentuadas em relação à dívida e incapacidade de cumprir suas obrigações financeiras seriam excluídos do acesso a recursos, o que agravaria ainda mais a crise nesses países. Isso os forçaria a buscar empréstimos em condições consideravelmente desfavoráveis, aprofundando, mais uma vez, suas dificuldades econômicas e financeiras.

O banco clarifica de que forma é dividido o recurso financeiro no valor de US\$6 bilhões. Ele seria dividido em 2 componentes. O componente 1 envolveria US\$4 bilhões em recursos para

⁴ Ações planejadas e esforços deliberados para influenciar a opinião pública, tomadores de decisão ou instituições governamentais a adotar determinadas políticas, leis ou práticas

BIRD e da AID que seriam direcionados por meio de uma Abordagem Multifásica de Emergência (MPA) global que se concentrará no apoio relacionado à saúde (World Bank Group, 2020a). Em outras palavras, esse componente dos recursos se destinaria primordialmente à mitigação direta da pandemia, mediante o reforço dos sistemas de saúde e a prestação de suporte direto para satisfazer as exigências médicas e de saúde. O Componente 2, com um montante de US\$2 bilhões, seria alocado por meio de uma combinação de mecanismos, que podiam incluir a criação de novo financiamento para projetos de investimento autônomos (FPI) ou Apoio a Políticas de Desenvolvimento (DPF) a partir de recursos previamente alocados pela AID e o BIRD ou a reestruturação de operações já existentes e realocação de montantes ainda não desembolsados em operações vigentes (World Bank Group, 2020a). É importante destacar aqui que as DPFs são justamente as políticas de desenvolvimento que operacionalizam o ajuste estrutural. Segundo o banco, "o DPF contribui para os resultados dos países apoiando reformas de políticas e institucionais" (The World Bank, sd, p.8). Ou seja, é a partir desse financiamento que o banco institui as reformas estruturais e políticas de governança e que muitas vezes, são usadas para fortalecer a privatização e apoiar o setor privado. Outro aspecto relevante é a reestruturação e realocação de operações já existentes, o que implica que o banco não está gerando novos investimentos, mas sim redistribuindo recursos de empréstimos em andamento. A falta de clareza sobre como essa redistribuição será operacionalizada pode ser prejudicial, uma vez que investimentos importantes em setores sociais podem ser desviados para outras áreas.

Assim, os US\$6 bilhões anunciados pelo banco, apesar de serem apresentados como novos investimentos, podem, em parte, ser retirados de empréstimos já em andamento. Essa falta de transparência na alocação e operacionalização dos recursos levanta preocupações sobre a eficácia e os interesses reais desses financiamentos, bem como sobre a potencial imposição de políticas neoliberais do banco sobre os Estados, que beneficiam o sistema financeiro e o mercado mundial. O valor fornecido pela instituição seria utilizado ao longo de 12 meses e seriam divididos da seguinte maneira: i) até US\$2,7 bilhões em novo financiamento do BIRD para países elegíveis para o BIRD; (ii) até US\$1,3 bilhão em novo financiamento da AID para países elegíveis para a AID; e (iii) a readequação de até US\$2 bilhões dentro do portfólio existente do BIRD e da AID (World Bank Group, 2020a). Ao analisar a distribuição do recurso, percebe-se que embora a situação da pandemia tenha impactado de forma significativa países em desenvolvimento, que normalmente são beneficiários da AID devido à sua condição de menor renda, a alocação de recursos favoreceu os países do BIRD, que

tendem a ser de renda média ou mais alta. Essa disparidade pode ser questionada do ponto de vista de equidade, uma vez que os países da AID geralmente enfrentam desafios mais significativos em termos de capacidade de resposta à pandemia devido a seus sistemas de saúde menos desenvolvidos e vulnerabilidade econômica. Direcionar uma quantia maior de recursos aos países do BIRD pode levantar questionamentos sobre as prioridades do banco, que ao todo indica, não são os países mais pobres.

O método de alocação de recurso se basearia na metodologia simples, transparente e equitativa. Cada país teria acesso a 0,1 por cento do PIB, sujeito a limites mínimos e máximos. Aplica-se uma alocação mínima de US\$2,5 milhões para países com populações abaixo de 500.000 e uma alocação mínima de US\$5 milhões para países com populações acima de 500.000. (World Bank Group, 2020a). O método de alocação com base no PIB e tamanhos de população pode não levar em consideração as necessidades reais de cada país. Alguns países podem ter sistemas de saúde mais fracos, uma densidade populacional mais alta ou desafios econômicos específicos que os tornam mais vulneráveis à pandemia. Isso pode resultar em uma distribuição desigual de recursos, com alguns países recebendo mais do que precisam, enquanto outros recebem menos do que o necessário. A aplicação de limites mínimos e máximos nas alocações pode ser considerada arbitrária. Por exemplo, estabelecer um limite mínimo de US\$2,5 milhões para países com populações abaixo de 500.000 pode não levar em consideração as necessidades específicas de países muito pequenos que podem enfrentar desafios únicos. Da mesma forma, limitar a alocação máxima com base na população pode não refletir adequadamente a gravidade da situação em países altamente populosos. Mais uma vez, o banco deixa sinais claros de que o recurso que pretendia criar para combater a crise, agravaria ainda mais o cenário de desigualdade do sistema internacional, não levando em consideração as especificidades e a complexidade da crise.

Um elemento muito evidente na forma com que o Banco propõe seu recurso, é a falta de clareza e especificidades. O banco não deixa claro quais serão as taxas de juros aplicadas, mas aborda a questão de maneira abrangente:

"Para a AID, a gestão espera aplicar termos regulares do país, uma vez que os países da AID receberiam recursos adicionais por meio de um aumento no volume de recursos (além dos envelopes de seus países) que já são altamente concessionais."
(World Bank Group, 2020a, p.8)

Até o presente momento, o Banco Mundial não forneceu uma clara especificação dos recursos que se enquadram na categoria de "altamente concessionais" para os países da AID, pelo contrário, sua proposta apresenta desvantagens evidentes e implica um montante substancialmente menor de recursos disponíveis para a AID em comparação com o BIRD. Além disso, o banco esclarece que, à medida que os fundos da AID forem direcionados a agências da ONU ou organizações regionais, esses recursos podem ser disponibilizados como doações, ou seja, sem a necessidade de reembolso. Uma questão importante a ser levantada aqui é: porque as doações não são concedidas aos países para qualquer tipo de alocação do recurso e sim somente para as organizações regionais ou ONU?

Já para o BIRD, Banco pretendia isentar as taxas de compromisso ou *standby*⁵ no primeiro ano para empréstimos destinados a combater a COVID-19 pois acreditava que tais taxas poderiam desencorajar os países a buscar financiamento junto ao Banco Mundial. Além disso, o Banco Mundial propunha reduzir pela metade as taxas do empréstimo CAT-DDO, que é um tipo de empréstimo utilizado em circunstâncias excepcionais (Banco Mundial, 2020). Embora seja de extrema relevância assegurar condições mais vantajosas para os países pertencentes ao BIRD, porém, além de alocar recursos financeiros adicionais, o Banco Mundial concedeu certos privilégios de pagamento apenas ao BIRD. Isso ocorreu mesmo quando os países da AID enfrentavam desafios financeiros substancialmente maiores na mitigação dos impactos da pandemia. Para finalizar, o banco ilustra uma série de medidas políticas que os países elegíveis para receber apoio sob a Resposta à COVID-19 do Banco Mundial devem adaptar aos seus governos. Irei falar sobre tais condicionalidades e recomendações que o banco impõe dentro da Facilidade de Resposta Rápida mais a frente.

No âmbito do mesmo mecanismo, a Corporação Financeira Internacional (IFC) elaborou um documento suplementar, detalhando especificidades da implementação no contexto da Facilidade de Resposta Rápida. A Sociedade afirma que "a resposta revisada de US\$8 bilhões da IFC foi projetada para ajudar as empresas a enfrentarem os impactos operacionais e financeiros da COVID-19" (World Bank Group, p.2, 2020b) visto que "como demonstrado em iniciativas anteriores de resposta a crises, o setor privado desempenha um papel fundamental em ajudar a enfrentar os desafios econômicos resultantes da epidemia" (World Bank Group, p.2, 2020b). Além disso, deixa evidente que junto com o Banco Mundial irá agregar recursos

⁵ Taxas que funcionam como uma espécie de reserva, obrigando o país a pagar para ter a opção de utilizar os fundos do empréstimo, mesmo que não os utilize imediatamente

disponíveis e concretizar soluções públicas e privadas para mitigar o impacto nos países membros e apoiar a expansão de programas de prevenção e conscientização.

Dos 8 bilhões fornecidos inicialmente, US\$2 bilhões seriam destinados a "Facilidade de Resposta à Crise do Setor Real" para clientes já existentes da IFC nos setores de Infraestrutura e Manufatura, Agroindústria e Serviços (MAS) que estivessem enfrentando ou fossem vulneráveis aos impactos econômicos da COVID-19. Já o restante dos US\$6 bilhões seria destinado ao programa de Envelope de Resposta de Instituições Financeiras (FIGE), que envolve empréstimos de capital de giro fornecidos a empresas em países em desenvolvimento por meio de bancos locais. Esses recursos serão direcionados a clientes financeiros já existentes para novos empréstimos ou para refinar dívidas de empresas que enfrentam desafios devido à pandemia. O objetivo é:

Apoiar o financiamento do comércio para sustentar os fluxos atuais e mover mercadorias através das fronteiras, além de abordar as necessidades de liquidez e mitigação de riscos das empresas que enfrentam choques de demanda e oferta. Busca fornecer apoio com foco no setor privado para ajudar a aliviar as necessidades imediatas de financiamento do comércio, capital de giro e financiamento de médio prazo das empresas em países afetados, a fim de manter os fluxos comerciais, estabilizar a economia, apoiar o emprego e restaurar o fornecimento de bens e serviços essenciais." (World Bank Group, p.4, 2020b)

Ainda, a IFC deixa claro que os setores e clientes prioritários serão os bancos: "A IFC implantará uma variedade de ferramentas e investimentos para muitos clientes do setor bancário em todo o mundo, permitindo investimentos em regiões e países impactados pelo impacto econômico global do surto" (World Bank Group, p.4, 2020b). Além disso, a IFC também considerou disponibilizar até US\$2 bilhões adicionais para apoiar o financiamento do comércio e o fluxo de commodities essenciais em mercados emergentes, em setores como saúde, agronegócio, manufatura e infraestrutura, através de parcerias com bancos globais e clientes existentes.

Destaca-se aqui dois pontos-chave: o apoio de 8 bilhões dedicados à IFC, representa mais da metade do montante total da Facilidade de Resposta Rápida e a prioridade dos bancos. Portanto, a maior parte do apoio destinado aos países enfrentarem os desafios da Covid 19 seria canalizado pelo setor privado e principalmente através de bancos. A IFC empresta ao setor privado, com a missão de expandir empresas privadas, estrangeiras e nacionais. Ela atua de maneira independente na promoção e expansão da iniciativa privada em nações de baixa renda e de renda média. Não requer aprovação governamental para conduzir suas operações

de consultoria e empréstimos. Uma de suas principais funções é facilitar a convergência de interesses entre o setor público e o setor privado, promovendo a adoção de regulamentações nacionais ou locais que estimulem e facilitem o desenvolvimento e funcionamento pleno de novos mercados. (Pereira, 2010; Pronko, 2014).

A IFC enfrenta diversas críticas no cenário internacional relacionadas às preocupações com seu histórico de impactos sociais e ambientais negativos em projetos financiados e suas contribuições para a desigualdade. Em 2015, a Oxfam International publicou um relatório, com contribuições de várias ONGs, alegando que a IFC havia direcionado bilhões de dólares em investimentos a terceiros que resultaram em "abusos de direitos humanos em todo o mundo". Previamente, até o próprio GBM já havia reconhecido preocupações relacionadas à instituição. Em 2013, o Grupo de Avaliação Independente da organização destacou uma tendência de "resultados em declínio" em projetos financiados pela IFC e recomendou que a IFC concentrasse seus esforços na "supervisão" e na "melhoria da qualidade dos projetos" (CNN, 2022).

Além disso, parte do seu pacote foi destinado especificamente a empresas envolvidas na resposta à pandemia, que abrange indústrias de equipamentos médicos e produtos farmacêuticos, seja como fornecedores de produtos e serviços, seja como participantes diretamente envolvidos em parcerias público-privadas (PPPs). Já existem evidências substanciais das limitações e problemas associados às PPPs no setor de saúde em países periféricos. O crescimento das PPPs muitas vezes ocorre à custa do fortalecimento de sistemas públicos universais (Pereira, 2020). Fornecer apoio financeiro aos setores empresariais, especialmente a instituições financeiras e grandes empresa é uma abordagem que prioriza o resgate de grandes empresas e bancos em vez de focar nas necessidades da população mais vulnerável ou em pequenas empresas, que podem ser as mais afetadas pela crise econômica resultante da pandemia. Além disso, ao disponibilizar fundos para instituições financeiras, a iniciativa pode perpetuar a concentração de riqueza nas mãos de grandes corporações e bancos, em vez de promover a distribuição mais equitativa dos recursos. Isso pode ser visto como uma extensão das políticas neoliberais que contribuem para as desigualdades econômicas.

4.7 O presidente do Banco Mundial e a promoção da agenda neoliberal

Pouco tempo após a realização da proposta Facilidade de Resposta Rápida, no dia 23 de março de 2020, o presidente do Banco Mundial participou da conferência por teleconferência dos ministros de finanças do G20, o presidente discutiu sobre a nova Facilidade e como funcionaria, evidenciando a tentativa do Banco Mundial disseminação global de uma "civilização de mercado" baseada no progresso capitalismo através das reformas estruturais. Ele aponta para a importância de tais reformas para que o GBM consiga agir de maneira rápida e se recuperarem da crise:

"Os países precisam agir rapidamente para aumentar os gastos com saúde, fortalecer as redes de segurança social, apoiar o setor privado e combater a perturbação dos mercados financeiros. Os países precisarão implementar reformas estruturais para ajudar a encurtar o tempo de recuperação e criar confiança de que a recuperação pode ser forte. Para aqueles países que têm regulamentações excessivas, subsídios, regimes de licenciamento, protecionismo comercial ou litigiosidade como obstáculos, trabalharemos com eles para promover mercados, escolhas e perspectivas de crescimento mais rápidas durante a recuperação" (The World Bank, 2020, tradução minha).

Na proposta apresentada anteriormente sobre a Facilidade, às especificidades das reformas não estavam explicitamente delineadas, uma vez que o banco adota abordagens sutis na promoção de sua agenda neoliberal. Entretanto, a exposição proferida por David Malpass elucida com clareza os tipos de reformas que se esperava implementar e a forma como o banco implementa sua agenda neoliberal na ordem mundial.

Os empréstimos e créditos concessionais do Banco Mundial têm um impacto significativo na composição e alocação das despesas públicas dos países receptores. Isso se deve ao fato de que esses empréstimos frequentemente exigem que os governos priorizem a execução de políticas públicas financiadas externamente, além de alocar contrapartidas financeiras e efetuar pagamentos ao Banco Mundial em uma moeda de alto valor, o que acarreta em um aumento dos encargos da dívida externa e pode resultar na realocação de recursos, possivelmente prejudicando os sistemas de saúde. Embora o Banco Mundial não tenha controle direto sobre as políticas nacionais, ele se utiliza de métodos indiretos de influência, fornecendo orientação e assistência técnica juntamente com o financiamento. O instrumento mais comum utilizado pelo Banco Mundial para persuadir os governos é a condicionalidade, implementadas a partir de ajustes estruturais, que combinam consultoria política com assessoria técnica, levando os Estados-clientes a assumirem compromissos em troca de recursos financeiros. Em momentos de crise, o número de países que buscam o apoio do

Banco Mundial tende a aumentar, especialmente entre aqueles mais vulneráveis às condicionalidades impostas (Pereira, 2020).

Uma modalidade de supervisão que visa conformar e monitorar o cenário global de maneira a facilitar a implementação eficiente da exploração econômica, suprimindo quaisquer potenciais abordagens macroeconômicas alternativas, com o propósito de assegurar a plena execução de estratégias baseadas em cálculos matemáticos e prevenir eventuais "disrupções" no sistema monetário internacional (Cox, 1996; Gill, 2008). Isso seria o que Gill chama de "civilização do mercado":

“[...] envolve padrões de desintegração social e padrões de relações sociais hierárquicas, excludentes e particulares [...] ela tende a gerar uma perspectiva do mundo que é ahistórica, economicista, materialista, eu-orientada, de curta duração e míope ecologicamente. Enquanto a governança dessa civilização de mercado é primeiramente capturada pelo discurso do neoliberalismo globalizante e expressada através da interação de livres empresas e o Estado, sua coordenação é alcançada por meio da combinação de disciplina de mercado poder político direto” (GILL, 1995, p. 407).

Em outras palavras, a atuação do Banco Mundial através da chamada "civilização de mercado" representa uma abordagem que busca impor e supervisionar uma estrutura global que favoreça a ordem mundial capitalista. Ela promove uma perspectiva de mundo que é desprovida de historicidade, orientada para a busca do lucro. Essa civilização de mercado é fortemente influenciada pelo discurso do neoliberalismo globalizante e sua expressão ocorre por meio da interação entre empresas privadas e o Estado. A coordenação dessa civilização é alcançada mediante a conjugação de disciplina de mercado e exercício direto do poder político. Em essência, o Banco Mundial, como parte integrante dessa dinâmica, desempenha um papel crucial ao promover e aplicar princípios econômicos de mercado em todo o mundo, influenciando a formulação de políticas dos países receptores e assegurando a conformidade com as premissas do neoliberalismo global.

Dentro desse contexto, vale ressaltar também a importância da influência do cargo do diretor do Banco Mundial ao formular essas políticas, que historicamente foi sempre um estadunidense. Entender quem está por trás da formulação das políticas do Banco Mundial é de suma importância, pois ilustra os interesses econômicos dos Estados Unidos não só na instituição como no sistema internacional. A nomeação de um americano como diretor do Banco Mundial reflete a influência imperial dos Estados Unidos na formulação de políticas e nas decisões do banco, dada a importância dos EUA como um dos principais acionistas e financiadores do Banco Mundial.

David Malpass, ocupou a presidência do Grupo Banco Mundial (GBM) e desempenhou um papel central na formulação de estratégias e ações da instituição durante a pandemia da COVID 19, durante o período da minha análise, pois isso David R. Malpass foi o 13º Presidente do GBM. Nomeado pelo Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em 6 de fevereiro de 2019, e selecionado pelo Conselho de Diretores Executivos do Banco Mundial em 5 de abril de 2019, Malpass iniciou seu mandato de cinco anos em 9 de abril de 2019. David ocupou diversas posições tanto no setor privado quanto no governo dos Estados Unidos antes de ingressar no WBG e trabalhou nas administrações dos presidentes Ronald Reagan e George H. W. Bush. Durante esse período, ele se concentrou em uma variedade de questões econômicas, orçamentárias e de política externa, como o envolvimento dos Estados Unidos em instituições multilaterais, incluindo o Banco Mundial. Malpass retornou ao setor privado nos anos 1990, atuando como Economista-Chefe da Bear Stearns e posteriormente fundando a Encima Global, uma empresa de pesquisa de mercado focada em questões econômicas e políticas globais (The World Bank, sd). Vale ainda ressaltar, que desde a fundação do Banco Mundial, em 1944, o presidente da instituição do GBM sempre foi um americano (DW, 2019).

A ligação de David Malpass com os mercados financeiros e o setor privado, bem como seu histórico de serviço nas administrações dos presidentes Ronald Reagan e George H. W. Bush, levanta sérias preocupações sobre sua orientação política e seus interesses alinhados com a ideologia neoliberal. Sua nomeação para a presidência do GBM pelo então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ressalta seu alinhamento com uma agenda política de direita e seus vínculos com o establishment financeiro dos EUA. A nomeação de David Malpass para a presidência do GBM e sua associação com os mercados financeiros e o governo de direita dos Estados Unidos se correlaciona diretamente com o conceito de "novo constitucionalismo" descrito por Gill (1995). O "novo constitucionalismo" representa a hegemonia dos princípios de rendimento e eficiência sob a lógica neoliberal na governança global. Isso implica que o capitalismo transnacional, consolidado no núcleo orgânico do sistema capitalista, tem as bases necessárias para promover seus interesses globalmente.

Nesse contexto, instituições como o Banco Mundial e o FMI desempenham papéis significativos como ferramentas para a consolidação da retomada de investimentos no núcleo orgânico do capitalismo. No entanto, isso muitas vezes se traduz na exclusão de grande parte do mundo das relações econômicas internacionais, pois o direcionamento dessas instituições favorece aqueles Estados que adotam estritamente a agenda neoliberal (Gill, 1995). Malpass,

como presidente do GBM, desempenhou um papel fundamental nesse processo, promovendo a concessão de créditos e assistência financeira a países que aderiram às políticas neoliberais. Isso reflete não apenas uma continuidade na orientação ideológica do Banco Mundial, mas também a perpetuação de um sistema que prioriza os interesses do capitalismo transnacional em detrimento de abordagens econômicas alternativas.

4.8 A abordagem do banco: a resposta à crise

Em junho de 2020, três meses após sua primeira proposta de resposta de emergência a covid 19 o Grupo Banco Mundial lançou o "Documento de Abordagem do Grupo Banco Mundial à Resposta à Crise da COVID-19", que delineou o quadro operacional para a abordagem do banco e discutiu as perspectivas de médio prazo para a capacidade financeira do WBG. Ainda, o banco deixa claro suas intenções de intervenções públicos-privadas e de apoio ao setor privado: "a abordagem enfatiza a seletividade e intervenções conjuntas público-privadas para ampliar as soluções do setor privado, mantendo o foco nos resultados" (The World Bank, 2020a, p.XI, tradução minha).

A instituição afirma que pretende aumentar o montante disponibilizado para combater a crise: "para atender à demanda sem precedentes dos clientes em várias regiões, o Banco Mundial está aumentando sua capacidade para fornecer um recorde de US\$160 bilhões aos clientes ao longo de 15 meses" (The World Bank, 2020a, p.1, tradução minha) que incluiriam financiamentos do BIRD, AID, IFC, MIGA, fundos fiduciários e realocação de portfólio. Ainda, o banco afirma que mesmo com tal esforço, a ajuda não atenderá a todas as demandas mas como primeiro passo, já tinha disponibilizado "o apoio de emergência de US\$ 14 bilhões para ajudar os países em desenvolvimento em seus esforços para conter e mitigar a crise de saúde imediata e as consequências econômicas iniciais" (The World Bank, 2020a, p.1, tradução minha). Até 1º de junho, o Banco havia comprometido US\$7,7 bilhões dos US\$14 bilhões iniciais prometidos (The World Bank, 2020a). Essa análise sugere que a instituição financeira impôs requisitos rígidos no que diz respeito às condições e necessidades de reformas estruturais, uma vez que mais de 90 dias após a aprovação da Facilidade de Resposta Rápida, apenas ligeiramente acima da metade dos recursos disponíveis foram alocados.

O banco começa o relatório apontando os impactos negativos da Covid 19 no sistema internacional, como a desaceleração do crescimento e o aumento da pobreza em diversos países, principalmente os de baixa renda, afirmando que as ajudas necessárias para enfrentar

os problemas gerados pela crise seriam estimados em trilhões. Assim, a abordagem prioriza a ajuda aos países na transição da crise rumo à recuperação com foco em: (i) salvar vidas; (ii) proteger os pobres e vulneráveis; (iii) proteger os fundamentos da economia; e (iv) fortalecer políticas e instituições para fins de resiliência, com base em dívidas e investimentos transparentes e sustentáveis. Esses quatro pilares possuem três estágios (Banco Mundial, 2020b):

- A fase de "alívio" envolve a resposta de emergência à ameaça à saúde e seus impactos sociais, econômicos e financeiros imediatos.
- A fase de "reestruturação" concentra-se no fortalecimento dos sistemas de saúde para a prontidão para pandemias; na restauração do capital humano; e na reestruturação, resolução de dívidas e recapitalização de empresas e instituições financeiras.
- A fase de "recuperação resiliente" aproveita as novas oportunidades para construir um futuro mais sustentável e resiliente em um mundo transformado pela pandemia.

Juntos, esses estágios garantiriam uma estrutura de alto nível para o apoio personalizado do Banco Mundial (The World Bank, 2020b, p.6). Sendo assim, é importante entender de que forma o banco operacionalizou e se utilizou dos seus instrumentos dentro da sua abordagem. O GBM pretendia utilizar todos os instrumentos dentro dos parâmetros e opções incorporados no quadro de política operacional e procedimental que rege os instrumentos do banco. A mistura dos instrumentos é baseada nas necessidades de financiamento de cada país, o programa de resposta, às circunstâncias e a capacidade, de acordo com o que o banco estipula. Todos os instrumentos podem ser usados em todos os pilares. A forma como esses instrumentos funcionam foram descritos da seguinte maneira (The World Bank, 2020a, p. 40):

Quadro 1: Instrumentos Financeiros do Banco Mundial para Resposta a Crises.

<p>Apoio a Políticas de Desenvolvimento (DPF)</p>	<p>Dada a necessidade de o Banco apoiar as políticas e respostas institucionais dos países à COVID-19, as operações de Apoio a Políticas de Desenvolvimento (DPF) representarão uma parcela maior dos compromissos do que nos anos não críticos. Os DPFs ajudarão a lidar com as pressões fiscais decorrentes de receitas mais baixas e maiores requisitos de despesas para responder à crise, incluindo o financiamento crítico para manter a prestação de serviços e ampliar o apoio a famílias e empresas. A</p>
--	---

	<p>maioria dos DPFs que apoiam o setor privado e a recuperação econômica se beneficiará de contribuições do IFC e do MIGA. O conteúdo e os montantes dos DPFs refletirão as medidas de política necessárias para responder à crise e apoiar a recuperação a médio prazo. Abordagens programáticas podem ser adotadas quando o envolvimento a médio prazo for necessário para apoiar reformas estruturais necessárias para sustentar a recuperação e fortalecer a resiliência.</p>
Financiamento de Política de Investimento (IPF)	<p>Os Financiamentos de Política de Investimento autônomos (IPFs) são um dos instrumentos mais versáteis que serão utilizados para atender às necessidades dos países em todas as áreas de resposta à crise.</p>
Garantias	<p>As garantias do BIRD e do AID serão utilizadas conforme apropriado - seja de forma independente ou como parte dos pacotes de financiamento do BIRD ou AID, com ou sem financiamento do IFC e garantias do MIGA.</p>
Financiamento Adicional (AF)	<p>Como parte da resposta à COVID-19, a gestão considerará a ampliação de projetos em andamento de Política de Investimento em Ativos (IPF), a maioria dos quais foi preparada seguindo políticas de salvaguarda. Esse financiamento adicional (AF) será limitado a ampliações que não envolvam novas, modificações ou expansões de atividades esperadas para ter riscos ou impactos ambientais ou sociais significativos, ou que elevariam a categoria de Salvaguardas do projeto geral para a Categoria A.</p>
Programa por Resultados (PforR)	<p>Serão utilizados PforRs independentes e reestruturação para PforRs existentes. Inicialmente, espera-se que esses se concentrem especialmente nas áreas de proteção social, educação e saúde, mas também podem se concentrar em gestão urbana ou rural.</p>
Abordagem Programática Multiphase (MPA)	<p>Nas situações que se beneficiarão de um programa coordenado de atividades em fases dentro de um país ou entre países em resposta aos impactos econômicos e sociais da COVID-19, um MPA pode ser considerado e apresentado ao Conselho, juntamente com as primeiras operações que estarão sujeitas à aprovação do Conselho.</p>
Produtos de Investimento do IFC	<p>A IFC fornecerá recursos cumulativos, para apoiar a fase de recuperação. O financiamento</p>

	<p>direto será fornecido na forma de empréstimos, dívida subordinada ou mezanino e ações, além de linhas de crédito e instalações de capital de giro. A IFC espera que o equilíbrio entre investimentos de curto prazo, comércio, dívida, ações, resposta à crise e investimentos de longo prazo em apoio ao acesso à liquidez, necessidades de recapitalização e investimentos de longo prazo no setor privado mude ao longo dos próximos anos, à medida que os países avançam pelas diferentes fases da crise. As implantações imediatas e do próximo ano devem estar inclinadas para o financiamento do comércio e instalações de capital de giro.</p>
--	---

Fonte: produzido pela autora (2023) com base nas informações do Documento de Abordagem do Grupo Banco Mundial à Resposta à Crise da COVID-19 (2020a)

Nota-se que através da proposta dos instrumentos que o banco irá se utilizar, existe uma certa ênfase no Apoio a Políticas de Desenvolvimento (DPF) e nos Produtos de Investimento do IFC, que recebem uma maior descrição e detalhamento, além do banco enfatizar que "dada a necessidade de o Banco apoiar as políticas e respostas institucionais dos países à COVID-19, as operações de DPF representarão uma parcela maior dos compromissos do que nos anos não crítico" (The World Bank, 2020a, p. 40). Essa abordagem implica uma preeminência das reformas estruturais, argumentando que tais medidas são imperativas para a alocação eficaz dos recursos e a consecução de uma recuperação da COVID-19 que seja rápida e sustentável (The World Bank, 2020a). Corroborando a exposição anterior neste trabalho, a IFC desempenha um papel central na fomentação dos mercados e do setor privado, contribuindo substancialmente com o apoio financeiro, conforme delineado na proposta da Facilidade de Resposta Rápida e destacado nos instrumentos propostos pelo Banco.

"O apoio financeiro será complementado por um grande impulso em serviços de análise e consultoria para os clientes, incluindo produtos de consultoria do IFC destinados a melhor preparar países, setores e empresas para uma recuperação sustentada por meio de instalações de desenvolvimento de projetos e plataformas escaláveis" (The World Bank, 2020a, p. 39, tradução minha)

A fim de se obter um entendimento mais aprofundado das estratégias e ações do Banco Mundial, segue abaixo um esquema que relaciona os quatro pilares apresentados na proposta e como serão desdobrados nas diversas fases:

Quadro 2: A Resposta à Crise da COVID-19 do Banco Mundial (WBG) opera dentro da seguinte perspectiva

	Fase de alívio	Fase de reestruturação	Fase de recuperação resiliente
<p>Pilar 1</p> <p>Salvar vidas</p>	<p>Emergência de Saúde Pública</p> <ul style="list-style-type: none"> Programa Global de Saúde de Emergência do Banco Mundial e Novos Projetos do Banco Reestruturação de projetos existentes do Banco 	<p>Reestruturando o sistema de saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> Programa Global de Saúde de Emergência do Banco Mundial e novos projetos do Banco Mobilização de investimentos privados para suprir lacunas no fornecimento de saúde através do IFC 	<p>Sistemas de Saúde Prontos para Pandemias</p> <ul style="list-style-type: none"> Programa Global de Saúde de Emergência do Banco Mundial e novos projetos do Banco Financiamento de longo prazo do IFC para empresas privadas
<p>Pilar 2</p> <p>Proteger os pobres e mais vulneráveis</p>	<p>Emergência Social</p> <ul style="list-style-type: none"> Transferências em dinheiro e em espécie Desenvolvimento orientado pela comunidade Reestruturação de projetos existentes do Banco Garantias para Instituições Microfinanceiras 	<p>Restauração do Capital Humano</p> <ul style="list-style-type: none"> Transferências em dinheiro e em espécie Desenvolvimento orientado pela comunidade Novos projetos do Banco Recapitalização de Instituições Microfinanceiras estratégicas com o apoio do IFC 	<p>Construindo Equidade e Inclusão</p> <ul style="list-style-type: none"> Transferências em dinheiro e em espécie Desenvolvimento orientado pela comunidade Serviços de Consultoria e Análises sobre políticas de mercado de trabalho Empréstimos do IFC para Instituições Microfinanceiras
<p>Pilar 3</p> <p>Garantir crescimento sustentável de negócios e criação de trabalho</p>	<p>Emergência Econômica</p> <ul style="list-style-type: none"> Novos projetos e programas do Banco Apoio ao comércio e capital de giro do IFC Instrumentos da MIGA Financiamento por meio de Parcerias 	<p>Reestruturação de Empresas e Resolução de Dívidas</p> <ul style="list-style-type: none"> DPFs (Apoio a Políticas de Desenvolvimento e IPFs (Financiamento de Política de Investimento) Apoio do IFC para recapitalização de 	<p>Crescimento de Negócios Sustentáveis e Criação de Empregos</p> <ul style="list-style-type: none"> DPFs e IPFs (Empréstimos para Políticas de Desenvolvimento e Fundos de Investimento em Projetos) Instrumentos do

	Público-Privadas (PPPs)"	empresas <ul style="list-style-type: none"> • Financiamento de longo prazo do IFC • Instrumentos da MIGA (Agência Multilateral de Garantia de Investimentos) • Parcerias Público-Privadas (PPPs) 	IFC/MIGA <ul style="list-style-type: none"> • PPPs (Parcerias Público-Privadas)
Pilar 4 Fortalecer políticas institucionais e investimentos para reconstruir melhor	Manter a Visão de Longo Prazo para os Objetivos <ul style="list-style-type: none"> • DPFs para fortalecimento fiscal e prestação de serviços; • Serviços de Consultoria e Análises para compreensão das transformações relacionadas à COVID-19; • Esquemas de garantia para pequenas e médias empresas e Instituições Financeiras Microfinanceiras • Serviços de Consultoria e Análises para sustentabilidade da dívida, gestão e transparência. 	Reformas Políticas e Institucionais <ul style="list-style-type: none"> • Empréstimos para Políticas De desenvolvimento para Reformas políticas e Institucionais visando à Reestruturação e Resiliência. • Serviços de Consultoria e Análises sobre reestruturação e para monitorar o progresso em direção a metas de desenvolvimento compartilhadas 	Investimentos para Reconstruir Melhor <ul style="list-style-type: none"> • Gama completa de instrumentos do Banco Mundial com foco em PPP (Parcerias Público-Privadas) • Desenvolvimento de projetos na fase inicial e mobilização de soluções privadas • Serviços de Consultoria e Análises para monitorar as Metas Gêmeas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs)

Fonte: produzido pela autora (2023) com base nas informações do Documento de Abordagem do Grupo Banco Mundial à Resposta à Crise da COVID-19(2020a)

Uma análise mais aprofundada da estratégia adotada pelo Banco Mundial no combate à COVID-19, mais uma vez comprova a ênfase significativa no estímulo ao setor privado, sobretudo por meio da atuação proeminente do IFC, bem como o estabelecimento de parcerias público-privadas, elementos recorrentes nas iniciativas delineadas pela instituição para enfrentar a crise. Além disso, merece destaque a função de *advocacy* pretendida pelo Banco,

materializada por meio da política de Serviços de Consultoria e Análises, por meio da qual a instituição provê análises e consultorias aos países com vistas a conceber um plano de reformas necessárias para atrair investimentos e alocá-los de maneira eficaz. Nesse contexto, as operações de DPFs emergem como protagonistas dignas de uma análise aprofundada, visto que é o mecanismo que o banco utiliza para implementar de fato as reformas.

Cabe destacar alguns aspectos significativos delineados nesse contexto, os quais indicam que, apesar do discurso oficial, o Banco Mundial desempenhou um papel considerável no respaldo ao setor privado durante a gestão da crise. Notavelmente, no âmbito das iniciativas direcionadas à preservação de vidas, que se concentram na resposta direta à COVID-19, particularmente na esfera da saúde, o Banco Mundial manifesta seu apoio à mobilização de investimentos privados para atender às deficiências na prestação de serviços de saúde, por meio da atuação do IFC em fases de reestruturação, bem como à provisão de financiamento a longo prazo para empresas privadas durante a fase de recuperação. O estímulo ao setor privado no contexto da assistência à saúde em um período de crise pandêmica suscita, no mínimo, questionamentos pertinentes sobre os interesses do banco, uma vez que apoiar o investimento privado na saúde pode acentuar desigualdades de acesso aos serviços, aumentar os custos dos tratamentos médicos e medicamentos, além de reforçar um modelo econômico que favorece o mercado em detrimento do bem-estar público. Isso suscita questionamentos essenciais sobre a justiça, equidade, prioridades de investimento e o papel do setor público na construção da resiliência dos sistemas de saúde. Portanto, a análise crítica dessa abordagem é fundamental para garantir que a saúde coletiva e o interesse público não sejam comprometidos em nome do lucro.

Nas iniciativas destinadas a proteger os mais pobres e vulneráveis, observa-se uma grande preocupação com as garantias e apoios para instituições microfinanceiras. Embora muitas instituições microfinanceiras tenham desempenhado um papel importante na inclusão financeira e no combate à pobreza, elas podem aplicar altas taxas de juros que podem prejudicar mutuários de baixa renda, e podem visar o lucro, aumentando ainda mais a pobreza. Estudos apontam preocupações com o superendividamento que as instituições microfinanceira geram em países de renda baixa⁶.

⁶ <https://www.bloomberg.com/graphics/2022-microfinance-banks-profit-off-developing-world/>

Já na garantia de crescimento sustentável de negócios e criação de trabalho, o banco enfatiza a importância de políticas públicas privadas como o financiamento por meio da PPPs. Apesar das PPPs terem potencial para trazer financiamento privado e expertise para projetos de infraestrutura, elas geram lucro privado à custa do financiamento público, transferindo riscos para o setor público. Isso pode resultar em custos mais elevados, falta de transparência e riscos financeiros substanciais para os governos. Além disso, a qualidade dos serviços públicos pode ser comprometida, e os contratos de longo prazo podem ser rígidos e inflexíveis. As PPPs também podem ter impacto na dívida pública, mascarando o verdadeiro nível de endividamento do governo. Além disso, iniciativas como Apoio ao comércio e capital de giro do IFC; Apoio do IFC para recapitalização de empresas; Financiamento de longo prazo do IFC, Instrumentos da MIGA; Empréstimos para Políticas de Desenvolvimento e Fundos de Investimento em Projetos são iniciativas que sugerem uma agenda econômica muito conectada com ideias neoliberais, recebendo maior apoio agência do setor privado de dentro do banco (IFC) e juntamente da MIGA⁷, que promove investimentos estrangeiros diretos.

Já o quarto e último pilar das estratégias do Banco Mundial, que visa fortalecer políticas institucionais e investimentos para uma reconstrução mais eficiente, é o foco central desta análise. A investigação aprofundada deste aspecto é fundamental para compreender de que maneira o banco planejava implementar reformas estruturais nos países que receberam seus empréstimos. Essa análise é crucial para uma compreensão mais aprofundada de como o Banco Mundial adota e promove a ideologia neoliberal e, assim, perpetua a lógica do sistema capitalista global em consonância com seus próprios interesses, que frequentemente coincidem com os interesses dos Estados Unidos. Nesse sentido, procederei com uma análise minuciosa do quarto pilar e de seus principais pontos.

O Pilar 4 é estruturado em três fases distintas: alívio, reestruturação e recuperação. Na fase de alívio, as políticas priorizam o fortalecimento fiscal e a prestação de serviços, com o uso de DPFs, serviços de consultoria para compreensão das transformações decorrentes da pandemia e garantias para apoiar pequenas empresas. A fase de reestruturação se concentra na implementação de reformas políticas e institucionais por meio de Empréstimos para Políticas de Desenvolvimento, com serviços de consultoria para monitorar o progresso em direção às

⁷ A Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) é membro do Grupo Banco Mundial. Seu mandato é promover o investimento estrangeiro direto (IED) nos países em desenvolvimento, proporcionando garantias (seguro contra riscos políticos e melhoria do crédito) a investidores e mutuantes.

metas de desenvolvimento. Por fim, na fase de recuperação, o Banco enfatiza o envolvimento do setor privado, promovendo Parcerias Público-Privadas (PPP) e desenvolvendo projetos iniciais em parceria com o setor privado. Segundo o banco, o objetivo deste pilar seria alcançar a recuperação "resiliente, inclusiva e sustentável" através do "fortalecimento" das instituições:

"O objetivo das intervenções no Quarto Pilar é auxiliar os países a alcançar uma recuperação resiliente, inclusiva e sustentável, fortalecendo políticas, instituições e investimentos para a reconstrução com base em dívidas e investimentos transparentes e sustentáveis." (The World Bank, 2020a, p.7, tradução minha)

Além disso, o banco enfatiza que será necessário revisar e fazer modificações adequadas nos planos estabelecidos antes da era pré-COVID-19. E que, sobretudo, é essencial pensar em como será o novo mundo transformado e quais políticas, reformas e investimentos serão necessários, começando a implementá-las na fase de alívio. (The World Bank, 2020a). É notável uma grande ênfase do banco, durante todo o documento, da importância das transformações estruturais dos países em prol da recuperação econômica "sustentável" e "inclusiva". Aqui é evidente como o Banco busca essa "civilização de mercado" através dos seus instrumentos financeiros e de aconselhamento, incorporando conceitos que são tendências globais em suas narrativas.

O GBM aponta que este pilar desempenha uma função primordial desde o estágio inicial capacitando as nações a manterem seu comprometimento com os objetivos de desenvolvimento de longo prazo em todos os quatro pilares e isso implica:

"evitar erros de política precoce, como aqueles que tratam mal o setor privado (por exemplo, atrasar o pagamento a fornecedores do governo, dar calote em produtores independentes de energia, moratórias de dívidas, continuação de subsídios e apoio a tecnologias antigas), o que pode destruir permanentemente empresas viáveis ou limitar a competitividade potencial de novas empresas, e desestimular investimentos privados futuros" (The World Bank, 2020a, p.VIII, tradução minha)

A instituição ainda salienta que uma gestão inadequada dos ativos adquiridos pelos governos durante o auge da crise pode acarretar perdas irreversíveis de valor e dificultar a fase de recuperação. Além disso, a gestão fiscal "fraca" durante a crise tem o potencial de causar danos irreversíveis aos orçamentos públicos a longo prazo e minar a confiança de consumidores e investidores. Dessa forma, afirma que uma das atitudes que os países precisarão tomar é administrar os seus gastos públicos e priorizar certos setores de acordo com o que o banco julgar necessário, nesse caso, nitidamente um apoio relevante ao setor privado. Assim sendo, o banco exerce seu poder ideológico, como Cox e Gramsci enfatizam,

como uma ferramenta potente da hegemonia. Dessa forma, o banco enfatiza a importância do seu aconselhamento:

"O trabalho de conhecimento do Banco Mundial pode ajudar a orientar o pensamento sobre como se preparar para a fase de recuperação. Com base em suas plataformas analíticas e de informação já existentes, o Banco pode liderar o compartilhamento de conhecimento para promover o diálogo e o trabalho analítico sobre a fase de recuperação. (The World Bank, 2020a, p.29, tradução minha)

A instituição então detalha uma ampla gama de serviços de conhecimento e consultoria, apoio orçamentário baseado em políticas, financiamento de projetos de investimento, bem como o uso de instrumentos da IFC e MIGA. Os serviços de conhecimento e consultoria tiveram o propósito de auxiliar governos, setor privado e sociedade civil na compreensão e adaptação às transformações desencadeadas pela pandemia, fornecendo respostas e políticas em diversos níveis. As reformas apoiadas pelos DPFs concentraram-se em políticas públicas para ajustar o terreno visando à "recuperação sustentável" e "evitando erros" de política de longo prazo, como a deterioração do ambiente de investimentos ou subsídios inadequados (The World Bank, 2020a). Ou seja, apoiando o setor privado e o mercado financeiro. Além disso, o aconselhamento e financiamento oferecidos pelo IFC e MIGA incentivaram investimentos privados e criação de empregos. Houve uma ligação direta com o trabalho de política do Banco Mundial e a facilitação na mobilização de financiamento de mercado. Sendo assim, o banco deixa claro sua prioridade ao setor privado:

"Será dada prioridade a soluções sustentáveis do setor privado sempre que possível, as quais podem liberar recursos governamentais escassos para serviços públicos e investimentos em pessoas. O suporte do WBG pode ajudar os governos e clientes privados a auxiliar as pessoas e empresas a se adaptarem e reconstruírem para uma nova realidade e a acelerar o desenvolvimento de uma economia mais verde, sustentável, inclusiva e resiliente." (The World Bank, 2020a, p.33, tradução minha)

Como justificativa, o banco se utiliza de um discurso muito alinhado com políticas de austeridade e de privatização. A instituição afirma que após a crise, a margem fiscal e a capacidade de endividamento estarão severamente limitados, tornando necessário encontrar e expandir ainda mais o uso de soluções do setor privado. Para tal, seria importante "atrair a participação do setor privado na prestação de certos serviços públicos e infraestrutura (incluindo acesso digital)" (The World Bank 2020a, p.31). Os governos então podiam criar esquemas público-privados que aproveitassem recursos e capacidades públicos e privados para apoiar PMEs de alto crescimento, microempresas e startups. Além disso, os governos poderiam estabelecer unidades dedicadas a PPPs, bem como desenvolver estruturas legais,

diretrizes, procedimentos operacionais e ferramentas para PPPs. O Banco ainda deixa explícito que apoia as privatizações de setores estatais:

"Medidas podem ser tomadas para melhorar a governança e capacidade das agências de garantia de PMEs existentes, incubadoras públicas, acesso aberto a plataformas financeiras digitais e fundos estratégicos de investimento. Igualar as condições de competição nos mercados locais, especialmente nos setores geralmente dominados por empresas estatais, pode melhorar a prestação de serviços, reduzir custos e aumentar a mobilização de receitas domésticas por meio da privatização, distribuição de dividendos, royalties, taxas de concessão e impostos corporativos em geral" (Banco Mundial, 2020, p. 32, tradução minha).

Ainda nesse contexto, o GBM defende que o incentivo ao setor privado criaria novas oportunidades de maneira sustentável e aproveitaria oportunidades mais eficientes e com melhores práticas globais, resgatando a resiliência necessário dentro do setor privado e "abrindo caminho para um crescimento econômico sustentável a longo prazo" (The world Bank, 2020a, p.32). Adicionalmente, o banco assume um posicionamento que visa desregular barreiras e abrir a economia. Segundo ele, a implementação de políticas protecionistas no comércio não é recomendada, pois levaria a ineficiências e impediria que os países se beneficiassem da recuperação econômica global quando ela ocorresse. Além disso, os países que mantivessem um ambiente de investimento positivo durante a crise teriam mais chances de atrair investimentos estrangeiros, tanto públicos quanto privados, o que fortaleceria sua recuperação econômica:

"A implementação de políticas protecionistas no comércio não é recomendada, pois levaria a ineficiências e impediria que os países se beneficiassem da recuperação econômica global quando ela ocorrer. Além disso, os países que mantêm um ambiente de investimento positivo e o respeito à lei durante a crise têm mais chances de atrair investimentos estrangeiros, tanto públicos quanto privados, o que fortalecerá sua recuperação econômica" (The World Bank, 2020a, p.30, tradução minha)

Para finalizar, o banco traz detalhes importantes sobre como funcionará seu suporte técnico a partir das DPFs. Para tal, retrata a importância da estabilidade macroeconômica e a gestão transparente da dívida:

"O Banco Mundial está coordenando de perto com o FMI em todas as áreas de gestão fiscal e de dívida no âmbito da resposta à crise. O apoio do Banco Mundial para ajudar os países a fortalecer seus quadros fiscais e melhorar as trajetórias de dívida envolve uma combinação de instrumentos, incluindo os DPFs. O suporte técnico do Banco Mundial se concentrará no monitoramento de despesas, transparência da dívida e gestão da dívida - incluindo o apoio à implementação de iniciativas acordadas de alívio da dívida (The World Bank, 2020a, p.34)

Tal ação do banco incluiria uma série de medidas. A primeira seria aprimorar a análise de "sustentabilidade" da dívida e esclarecer as medidas a serem tomadas para garantir que os

países tenham espaço fiscal para ações de emergência e recuperação essenciais. Ou seja, direcionar para onde a alocação fiscal dos gastos públicos deve ser direcionado. A segunda, o auxílio aos países na gestão das vulnerabilidades de suas dívidas públicas em contextos de crise como algo imperativo que as nações assegurem a plena integração da administração e sustentabilidade de suas dívidas no âmago da formulação de políticas. Neste contexto, tanto o Banco Mundial quanto o FMI buscou administrar a gestão e transparência da dívida, através de análises da dívida e sistemas de alerta, reforçando as "competências" dos países no que tange à administração das dívidas e aos riscos fiscais, o que, segundo o Banco, aprimoraria a transparência da dívida, mitigaria passivos contingentes associados a desastres e impactos climáticos e otimizaria a conformidade com os limites de empréstimos não concessionais. (Banco mundial, 2020). No terceiro ponto, o banco é bem incisivo em relação a reforma tributária e a "criação de espaço fiscal", o que pode ser lido em outras palavras como medidas de austeridade, uma prática muitas vezes implementada como parte de um programa econômico neoliberal. Nesse sentido, a instituição afirma que:

"apoiar a gestão financeira, reformas tributárias e de despesas que possam contribuir para criar espaço fiscal. Medidas para melhorar a supervisão e controle de despesas podem identificar soluções rápidas para aumentar o espaço fiscal e são igualmente essenciais para garantir que os recursos fiscais para alívio e recuperação - incluindo apoio orçamentário sob os DPFs do Banco Mundial - sejam usados de forma eficiente, progressiva e transparente." (Banco Mundial, 2020, p.35, tradução minha)

Já o quarto ponto, seriam as medidas de ajustes estruturais para estabilizar a macroeconomia, fortalecer a situação fiscal e manter a entrega de serviços através dos DPFs:

"Apoiar medidas necessárias para estabilidade macroeconômica, fortalecimento fiscal e manutenção da prestação de serviços - bem como reformas de políticas e institucionais selecionadas sob os quatro pilares - por meio dos DPFs" (Banco Mundial, 2020, p.35, tradução minha)

Como último e quinto ponto, o GBM busca implementar iniciativas de alívio da dívida. Afirmando que os credores bilaterais oficiais do G20 concordaram em fornecer uma suspensão temporária no pagamento de serviço da dívida a partir de 1º de maio de 2020 até 31 de dezembro de 2020 para todos os países da AID elegíveis e países de baixa renda. Aqui cabe destacar, que seria uma suspensão temporária e não definitiva da dívida, e que duraria somente até final de 2020, realizada pelos credores bilaterais (países) e não se relaciona com a dívida com o Banco. Em relação às dívidas dos países com o banco, nada foi mencionado neste documento e nos documentos que foram utilizados para a minha análise.

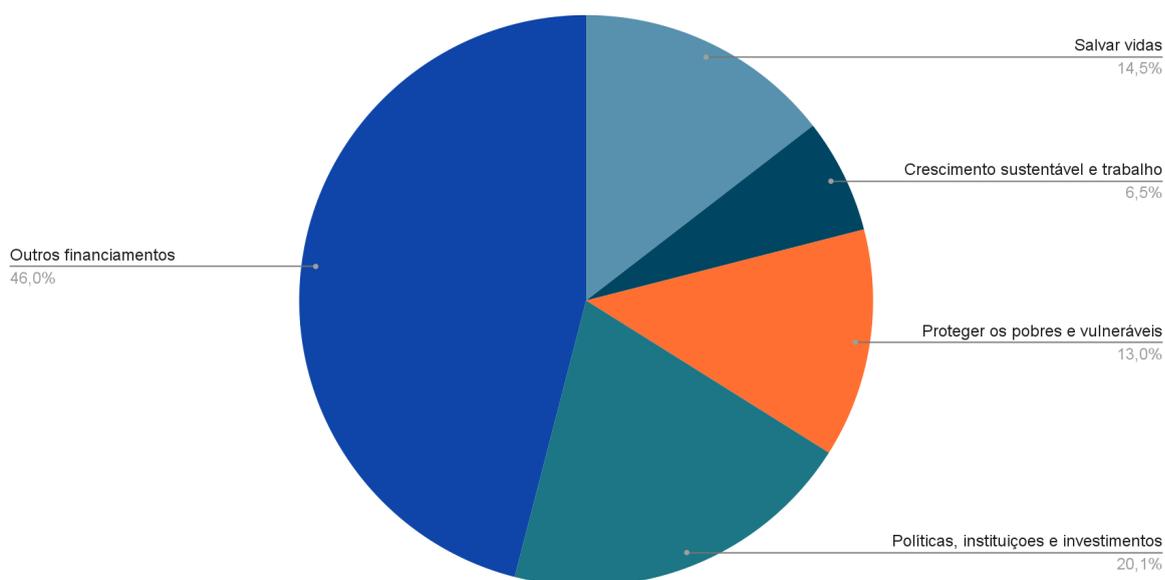
Através da seguinte análise, foram percebidas diversas medidas do GBM relacionadas a priorização do setor privado, a desregulamentação e abertura da economia, bem como o incentivo à privatização que seriam realizados principalmente através de ajustes estruturais na economia e políticas dos países tomadores de empréstimo, principalmente no âmbito de controlar os gastos públicos e "equilibrar" a macroeconomia, através de medidas de austeridade. A imposição de medidas que envolvem a redução de despesas públicas ou o aumento da carga tributária, com a alegação de serem "remédios" para crises econômicas, frequentemente se orientando na direção da contenção e eliminação de despesas, constitui uma política que suscita sérias controvérsias. Este enfoque, notadamente, suscita dúvidas substanciais, uma vez que acarreta uma série de desdobramentos adversos, notadamente o desencadeamento de desemprego, a desaceleração do crescimento econômico, o aumento do endividamento público e, conseqüentemente, implicações sociais de caráter prejudicial. Ainda, a austeridade constitui-se como uma estratégia política deliberadamente orientada para favorecer segmentos específicos da sociedade. A sua aplicação sistemática resulta no agravamento do desemprego, na redução dos salários, na precarização dos serviços públicos e, como desdobramento lógico, no fomento da privatização de serviços anteriormente providos pelo setor estatal. Portanto, torna-se evidente que a austeridade configura-se como uma política de natureza classista, cujos benefícios são conferidos exclusivamente aos estratos privilegiados da sociedade (Carlotti, 2018).

A austeridade, no contexto da teoria neoliberal, representa um dos principais fundamentos desse paradigma ideológico. De modo abrangente, o neoliberalismo fundamenta-se na busca pela redução do aparato estatal, empregando instrumentos como a política de austeridade, a privatização de serviços públicos e a liberalização dos mercados (Carlotti, 2018). Até o próprio FMI relata que ao invés de propiciar o crescimento econômico, determinadas políticas neoliberais têm exacerbado a disparidade econômica, apresentando um risco potencial para a sustentação de uma expansão econômica duradoura. Dois fatores críticos, de acordo com essas análises, merecem destaque: a remoção de barreiras ao fluxo de capitais e a inflexibilidade fiscal inerente às administrações governamentais. Os proponentes deste ponto de vista apontam que, ao longo das últimas décadas, aproximadamente 20% dos cerca de 150 casos de economias emergentes que experimentaram um notório aumento nos fluxos de capital desde a década de 1980 acabaram por deflagrar crises financeiras. Além disso, a abertura dos mercados financeiros, contribuiu para uma significativa ampliação de disparidades socioeconômicas. Em paralelo, observam que as políticas de austeridade,

comumente concebidas para reduzir o escopo da intervenção estatal, não apenas impõe "custos sociais substanciais", mas também tendem a prejudicar a demanda agregada e a intensificar os níveis de desemprego (IMF, 2016).

As instituições financeiras internacionais, notadamente o Banco Mundial e o FMI, desempenham um papel de significativa relevância na disseminação dos princípios do neoliberalismo. Um relatório recentemente publicado intitulado "Austeridade: O Novo Normal. Um Consenso de Washington Renovado 2010-24" elucida como várias das medidas frequentemente propostas por tais instituições envolvem a reforma dos sistemas de previdência social e seguridade social, a flexibilização das normas laborais, a redução ou eliminação de subsídios governamentais, o fortalecimento de parcerias entre o setor público e o privado, bem como reformas no âmbito dos serviços de saúde. A análise revela que, em essência, tais medidas têm como finalidade subjacente a contenção dos gastos públicos e a ampliação da participação de entidades privadas na esfera de atuação tradicionalmente associada ao domínio público. Em um contexto capitalista, a injeção de investimentos privados em serviços públicos apenas se justifica quando há perspectivas de obtenção de lucros tangíveis. O lucro e o interesse privado são propulsores da ordem mundial capitalista e do sistema neoliberal. Por décadas, assumiu-se uma narrativa sobre a ineficiência das instituições públicas e sua suposta incapacidade de fornecer serviços de maneira eficiente, racional e lucrativa. Dessa maneira, as instituições financeiras internacionais têm instado os governos a se afastarem e criarem espaço para empresas privadas gerarem riqueza (Isaković, 2020). É importante mencionar como o banco se utiliza dessas narrativas que dão a entender uma certa ineficiência pública e uma necessidade urgente de intervenção no setor público, quando na realidade, se utiliza de tal argumento para legitimar seus ajustes estruturais, que beneficiam a ordem mundial capitalista e a própria manutenção da hegemonia estadunidense. Para contribuir com este argumento, trago o gráfico abaixo produzido a partir do relatório que analiso neste tópico, sobre a sua abordagem do Banco Mundial baseada nos quatro pilares. O gráfico elucida como foram distribuídos os empréstimos fornecidos de abril a junho de 2020, de acordo com os pilares estabelecidos.

Figura 1: Empréstimo dividido por pilares em bilhões, dólares americanos (\$32 bilhões).



Fonte: produzido pela autora (2023) com base nas informações do Documento de Abordagem do Grupo Banco Mundial à Resposta à Crise da COVID-19(2020b)

O gráfico acima revela que até junho de 2020 haviam sido concedidos 28,5 bilhões de dólares aos países do BIRD e 30,4 bilhões de dólares para os países da AID. No gráfico, que expõe como o empréstimo de 32 milhões foram distribuídos de acordo com os pilares estabelecidos como essenciais para combater a crise, o pilar que menos recebeu os fundos foi o de "Crescimento sustentável e de empregos", com 2,1 bilhões. "Salvar vidas" recebeu 4,7 bilhões, enquanto "Protegendo os pobres e vulneráveis" 4,2 bilhões. É interessante notar que o pilar dedicado a "Políticas, instituições e investimentos" recebeu a maior parte do investimento em relação aos 4 pilares, demonstrando como o apoio às reformas estruturais teve maior destaque na alocação dos recursos do banco. O restante aplicado em "outros investimentos" não é especificado e nem fica claro ao que foi direcionado. No entanto, vale trazer a reflexão aqui, após entender mais a fundo sobre a influência que o pilar quatro tem em moldar as políticas e a economia dos Estados.

O banco, durante o relatório, deixa evidente como pretende incentivar e promover o setor privado, aquecer o mercado de capitais, atrair investimento estrangeiro direto, privatizar certos setores dos países, criar vantagens e seguranças para atuação de instituições financeira e das empresas privadas, abrir as economias dos países derrubando certas barreiras pois tudo isso, como evidência o banco, traria um "desenvolvimento sustentável". Ainda que inúmeras críticas possam ser feitas a essa abordagem claramente neoliberal do banco, é importante

questionar porque pilares tão essenciais como o da saúde ou da proteção social receberam parcelas menores de investimento para mitigar os efeitos da Covid 19 do que as destinadas ao ajuste estrutural e investimento no setor privado, já que o banco diante de todos os relatórios e soluções para a crise traz uma narrativa tão convincente de que o seu objetivo é "salvar vidas ameaçadas pela pandemia, proteger os pobres e vulneráveis, assegurar as bases da economia e fortalecer políticas e instituições para promover a resiliência, baseadas em dívidas e investimentos transparentes e sustentáveis." (The World Bank, 2020a, p. VI)

Ao analisar a narrativa do banco durante os relatórios que investiguei e compará-la com o que de fato tem sido feito pela instituição, eu pude perceber que o Banco molda muitos dos seus discursos de acordo com as demandas mundiais como forma de convencer de maneira persuasiva que suas soluções e "receituários" são extremamente eficazes e sustentáveis.. No que diz respeito ao apoio durante a Covid 19 e como combater seus efeitos a curto, médio e longo prazo, o banco sempre aponta para a importância de proteger a população mais vulnerável, de fomentar iniciativas de proteção social, de fortalecer o setor da saúde e ajudar os países mais pobres. No entanto, fica evidente que a sua alocação de recursos não vai de totalmente de encontro com o seu discurso. Será então que o banco se utiliza de um discurso bonito que mascara a sua verdadeira atuação e seus interesses? No gráfico apresentado acima sobre os empréstimos de 2020, é possível ter uma breve conclusão. No entanto, para aprofundar melhor essas questões, trago o exemplo do Brasil.

O mais completo relatório do Banco mundial para o combate à pandemia no Brasil mostra que o GBM continua a sustentar a primazia normativa do ajuste fiscal e uma agenda de reformas neoliberais que se opõe ao reforço da capacidade do Estado, fundamental para assegurar os direitos de ordem social e econômica. Segundo Pereira (2020), quatro elementos dessa pauta merecem especial destaque: (a) a desvinculação dos dispêndios públicos em saúde do patamar mínimo, cuja estipulação é consagrada na Constituição, acarretando a flexibilização de um imperativo que, na realidade, raramente foi observado escrupulosamente; (b) a congelamento da massa salarial do funcionalismo público, conjugado com a suspensão das trajetórias de progressão funcional, e a interrupção de admissões (salvo nos setores da saúde e da segurança); (c) a efetuação de reformas previdenciárias nos entes federativos que ainda não as empreenderam; (d) a implantação de dispositivos de supervisão, vigilância e penalização mais severos relativos ao desempenho fiscal das unidades federativas, com o intuito de impor a consolidação fiscal ao aparato estatal brasileiro, bem como de manter o

estrato de despesas definido pela Emenda Constitucional nº 95/2016. Ainda, o banco lamenta que a agenda de reformas tenha sido ofuscada pela pandemia, e preconiza a sua retomada imediata, o que envolve ainda:

“...A abertura continuada dos mercados para maior concorrência (além do comércio), a reforma do sistema tributário bizantino para permitir a alocação eficiente de fatores, e a reforma do ambiente de negócios de maneira mais geral. Dado o golpe significativo no espaço fiscal do país, será importante comunicar também como a agenda de consolidação fiscal será mantida, e possivelmente apertada, para atingir a meta final de recriar o espaço fiscal. No que diz respeito à política monetária, (...) será mais importante do que nunca garantir a independência de jure do Banco Central do Brasil” 16 (Banco mundial, 2020, p. 143).

Com o objetivo de implementar tal agenda, o Banco Mundial não se limita a prover financiamento, oferecer orientação política, fornecer suporte técnico e conduzir investigações, mas também abraça, de forma explícita, o papel de *advocacy* perante a opinião pública local, o que patenteia a natureza política e intrusiva de sua atuação (Pereira, 2020).

4.9 A evolução do exercício financeiro do GBM

Tabela 1: Compromissos, desembolsos e emissão bruta do Grupo Banco Mundial

COMPROMISSOS, DESEMBOLSOS E EMISSÃO BRUTA DO GRUPO BANCO MUNDIAL
 POR EXERCÍCIO FINANCEIRO, EM MILHÕES DE DÓLARES

	2018	2019	2020	2021	2022
GRUPO BANCO MUNDIAL					
Compromissos ^a	74.265	68.105	83.547	98.830	104.370
Desembolsos ^b	45.724	49.395	54.367	60.596	67.041
BIRD					
Compromissos ^c	23.002	23.191	27.976	30.523	33.072
Desembolsos	17.389	20.182	20.238	23.691	28.168
AID					
Compromissos ^{c, d}	24.010	21.932	30.365	36.028	37.727
Desembolsos	14.383	17.549	21.179 ^d	22.921 ^d	21.214 ^d
IFC					
Compromissos ^e	19.027	14.684	17.604	20.669	22.229
Desembolsos	11.149	9.074	10.518	11.438	13.198
MIGA					
Emissão bruta	5.251	5.548	3.961	5.199	4.935
FUNDOS FIDUCIÁRIOS EXECUTADOS PELOS BENEFICIÁRIOS					
Compromissos	2.976	2.749	3.641	6.411	6.407
Desembolsos	2.803	2.590	2.433	2.546	4.461

- a. Abrange o BIRD, a AID, a IFC, os compromissos de fundos fiduciários executados pelos beneficiários (RETFs) e a emissão bruta da MIGA. Os compromissos dos RETFs abrangem todas as doações executadas pelos beneficiários; portanto, o total de compromissos do Grupo Banco Mundial difere dos montantes constantes do Marco Institucional de Resultados, que compreende apenas um subconjunto das atividades financiadas pelos fundos fiduciários.
- b. Abrange desembolsos do BIRD, da AID, da IFC e dos RETFs.
- c. Os montantes são líquidos de encerramentos e cancelamentos completos relacionados com compromissos aprovados no mesmo exercício financeiro.
- d. Os compromissos e desembolsos excluem as atividades do Guichê do Setor Privado (PSW) da AID-IFC-MIGA.
- e. Inclui compromissos de longo prazo da própria conta da IFC e compromissos financeiros de curto prazo. Não inclui recursos mobilizados de outros investidores.

Fonte: Relatório Anual de 2022 do Banco Mundial

A tabela acima foi retirada do relatório anual do GBM de 2022, intitulado "apoio aos países em sua adaptação a um mundo volátil". Nesta tabela podemos observar o exercício financeiro do grupo, entre 2018 e 2022. Vale ressaltar que estes são os valores totais, não somente os valores destinados para os empréstimos relacionados a Covid 19, mas que dado o cenário de crise, foram de alguma maneira relevantes para mitigar os efeitos da pandemia. Durante o anúncio sobre a sua resposta de ajuda a pandemia, o banco se auto promoveu de diversas maneiras ao anunciar seu apoio "excepcional" durante a pandemia, onde havia se

comprometido a fornecer a ajuda de 160 bilhões de dólares entre abril de 2020 até final de junho de 2021. No entanto, como os dados apontam, até final de 2022, o seu compromisso não atingiu esse valor, e se analisarmos mais a fundo, o seu desembolso, valor que de facto o banco forneceu, não atingiu nem metade deste montante. Evidencia-se dessa maneira, uma incoerência com o discurso do GBM e suas práticas.

Ainda assim, nota-se que houve sim um aumento exponencial dos empréstimos concedidos durante a pandemia quando comparados aos anos pré-pandêmicos. Afinal, eles são benéficos e lucrativos para o banco em dois sentidos: tanto financeiramente, quanto politicamente. O banco não só lucra ao não ceder às suas condições de taxas de empréstimo e pagamento de forma significativa e a longo termo, conseguindo manter sua lucratividade, como também porque impõe as reformas estruturais de maneira incisiva e inflexível aos países tomadores de empréstimos, conseguindo moldá-los à sua maneira.

Ao olharmos para os empréstimos fornecidos pela AID, apesar de parecer que a AID forneceu maiores empréstimos aos países, nota-se uma discrepância muito grande entre os valores de compromisso e os valores de empréstimo. Isso sugere uma dificuldade dos países a se ajustarem às condições impostas pelo banco, e por outro lado, inflexibilidade do banco ao fornecer os empréstimos. Isso se estende desde 2020 até 2022, onde os valores não de empréstimos não atingem muitas vezes nem um terço do compromisso do banco naquele ano. Além disso, é possível notar que no ano de 2022 ainda houve uma queda em relação a 2021 no valor desembolsado para os Estados, ainda que o compromisso para aquele ano tenha aumentado. Por mais que esses sejam os países que mais precisam dos empréstimos, o que a tabela indica, são os países que menos conseguem ter acesso.

Já ao analisarmos os empréstimos do BIRD, conseguimos identificar que, apesar dos compromissos serem menores, os valores desembolsados são maiores quando comparados aos da AID. Pode-se constatar que os países do BIRD conseguem ajustar mais facilmente as condicionalidades impostas pelo banco e que conseguem realizar os ajustes necessários para acessarem os empréstimos. Além disso, para o banco, é muito mais lucrativo fazer empréstimos através do BIRD do que através da AID, devido às maiores taxas de juros aplicadas, o que acaba gerando um lucro maior para o banco. Outro ponto importante a ser analisado, é que em 2022 a IFC e o BIRD atingem os maiores níveis de desembolsos desde 2018. Evidencia-se dessa maneira, como a crise se torna um momento oportuno para capilarizar a agenda neoliberal do banco devido ao momento de vulnerabilidade e necessidade

que os países enfrentam, fazendo assim com que essa necessidade faça com que eles tomem mais empréstimos e se vejam obrigados a fazerem o que for imposto pelo banco para tal.

Nota-se então, uma certa inflexibilidade do banco em relação aos fundos que ele disponibiliza, que aplica diversas condicionalidades rígidas para que os países possam usufruir dos empréstimos, que demandam reformas drásticas em suas econômicas e políticas. Assim, o banco além de evidentemente lucrar durante momentos de crise devido um aumento significativo na demanda dos empréstimos e poucas concessões por parte dele, não abrindo mão dos seus próprios benefícios, ele também se utilizou desse período para aplicar reformas que em momentos como esse, os países se vêem obrigados a realizarem. Isso demonstra que o banco não preza por ajudar os países que mais necessitam e nem visa superar a crise beneficiando os Estados, pois como o próprio gráfico demonstra, os países do AID, num geral, foram os que menos receberam desembolsos do banco e mesmo os países BIRD, tiveram que fazer ajustes que não os beneficiam a longo prazo a superarem a crise e a própria dependência de empréstimos, porque o problema da dívida se perpetuará como um ciclo vicioso. Assim, o GBM parece agir de acordo com os próprios interesses e buscando civilizar os mercados para a perpetuação da ordem mundial capitalista através de uma agenda neoliberal sólida. Portanto, o banco não aparenta desembolsar o que é necessário para superar a crise, ele aparenta desembolsar o que é necessário para aplicar reformas.

5 CONCLUSÃO

Esse trabalho pretendeu fazer uma análise crítica da atuação do GBM em resposta à crise da Covid 19 empregando uma abordagem fundamentada nas teorias críticas das relações internacionais, qualitativa e hipotético-dedutiva através de fontes de pesquisa documental e revisão bibliográfica com ênfase em pesquisa exploratória. A TCRI como ferramenta de análise sobre o Banco Mundial no contexto da pandemia de COVID-19 permite uma análise crítica das estruturas de poder, desigualdades e opressões nas relações internacionais contemporâneas. Elas destacam como as organizações internacionais, incluindo o Banco Mundial, desempenham um papel fundamental na perpetuação da hegemonia global, refletindo e moldando as relações de poder em níveis políticos, econômicos e culturais. Além disso, a teoria crítica também destaca como as organizações internacionais podem promover a ideologia neoliberal e o poder hegemônico de certos atores, como os Estados Unidos, no

sistema internacional. Isso inclui a imposição de reformas estruturais, políticas de austeridade e a absorção de demandas contra-hegemônicas para legitimar a ordem mundial existente.

A pandemia de COVID-19 se revelou um evento de magnitude global, desencadeando significativos impactos econômicos que reverberaram desigualmente por todo o sistema internacional. O contexto da ordem mundial capitalista ressaltou desafios cruciais relacionados às disparidades socioeconômicas que caracterizam a distribuição de poder e riqueza no cenário global. Os países periféricos, semi periféricos e centrais sofreram e responderam de maneira distinta à pandemia, expondo a complexa rede de interações que define a ordem global. A COVID-19 agravou as desigualdades socioeconômicas, particularmente no sul global, levando países periféricos a aumentar suas dívidas, intensificando uma crise pré-existente de superendividamento. Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa foi compreender se a atuação do Grupo Banco Mundial sinaliza alguma mudança de rumo, alguma ruptura com a agenda neoliberal prescrita, ou se sua atuação foi em direção a manutenção da ordem mundial e da hegemonia do capital. Além disso, destacaram-se dois objetivos específicos: decifrar se esse ator se utiliza de discursos como função essencialmente legitimadora da manutenção do *status quo*, mesmo que por vezes esses discursos aparentem apresentar soluções para as contradições geradas no e pelo sistema; e se a resposta do Grupo Banco Mundial a Covid 19 foi suficiente para ajudar a mitigar os efeitos da crise nos Países Em Desenvolvimento.

Minha pesquisa revelou que o GBM não sinalizou uma ruptura com a sua histórica agenda neoliberal, pelo contrário, implementou uma agenda neoliberal bastante sólida. No cerne da crise da COVID-19, o Banco desempenhou um papel de destaque ao oferecer apoio financeiro. No entanto, as condicionalidades impostas pelo Banco Mundial não foram suficientemente flexíveis ou benéficas para os países periféricos, gerando preocupações quanto à sua adequação para as necessidades específicas desses países. A obrigação de conformidade com as obrigações de dívida e critérios de solvência excluiu os estados que já enfrentavam dificuldades financeiras, exacerbando a crise. Um outro ponto importante, é que o banco não suspendeu a dívida desses países, o que sugere uma falta de solidariedade do banco com os problemas da dívida.

Uma análise mais profunda revelou que a alocação de recursos favoreceu países de renda média ou mais alta, suscitando questões críticas sobre equidade. A prioridade dada à IFC,

evidenciou um viés em direção ao apoio ao setor privado e ao mercado financeiro, em detrimento das necessidades das populações vulneráveis. A atuação do presidente do Banco Mundial, David Malpass, e sua promoção da agenda neoliberal, foram analisadas em detalhes, demonstrando a intenção do Banco Mundial de difundir globalmente uma "civilização de mercado" que se fundamentou na disseminação de políticas neoliberais por meio de reformas estruturais.

A pesquisa também evidenciou como os empréstimos e créditos concedidos pelo Banco Mundial impactam de maneira substancial as despesas públicas dos países receptores, frequentemente exigindo que esses governos adotem políticas de austeridade. A imposição de condicionalidades por meio de ajustes estruturais serve como uma ferramenta para persuadir os governos a aderir a tais políticas em troca de recursos financeiros. Isso tem o potencial de impor uma estrutura global que privilegia a ordem mundial capitalista, frequentemente alinhada com interesses das nações hegemônicas. A influência histórica dos Estados Unidos na liderança do Banco Mundial ressalta o papel hegemônico dos EUA no sistema internacional, considerando seu papel como principal acionista e financiador da instituição.

Além disso, foi possível identificar que o GBM se utiliza de discursos como função essencialmente legitimadora da manutenção do *status quo*, mesmo que por vezes esses discursos aparentem apresentar soluções para as contradições geradas no e pelo sistema. Apesar de incluir preocupações em seus relatórios, preocupações com "inclusão" e "sustentabilidade", afirmando buscar uma recuperação sustentável e que leva em consideração questões sociais, de gênero e ambientais, não foi o que o banco fez na prática. A abordagem do Banco Mundial em resposta à crise da COVID-19, delineada no "Documento de Abordagem do Grupo Banco Mundial à Resposta à Crise da COVID-19", enfatizou a ênfase em intervenções público-privadas e no apoio ao setor privado, em detrimento de investimentos públicos e sociais. Tal abordagem destacou a priorização de reformas estruturais, incluindo privatização, parcerias público-privadas, abertura de mercados e desregulamentação da economia, enquanto alocou substancialmente menos investimentos em outros setores como saúde e proteção da população vulnerável.

E por fim, a resposta do Grupo Banco Mundial a Covid 19 não aparentou ser suficiente para ajudar a mitigar os efeitos da crise nos países periféricos. Além de não atingir os valores prometidos em empréstimos durante a crise, suas políticas não os ajudam a superar a crise a

longo prazo, e sim, a aprofundá-la. A análise dos empréstimos concedidos pelo GBM entre 2018 e 2022 revelou uma série de questões relevantes. Apesar do compromisso declarado de atingir US\$160 bilhões em empréstimos até o final de 2022, o desembolso efetivo ficou aquém desse valor, destacando inconsistências entre a retórica e a prática do GBM. Durante a pandemia, houve um aumento significativo nos empréstimos concedidos, proporcionando benefícios tanto financeiros quanto políticos ao GBM. Além disso, os países com menos recursos e mais vulneráveis, foram os que menos receberam ajuda financeira do banco, apesar do seu discurso preocupado em disponibilizar maior apoio aos países de baixa renda.

Em resumo, a pesquisa demonstra que a resposta do Banco Mundial à crise da COVID-19 suscita uma série de críticas. Essas críticas convergem em torno da inadequação das políticas do banco para atender às reais necessidades dos países de periféricos e semiperiféricos durante a crise, bem como a perpetuação de uma agenda neoliberal que privilegia o setor privado e o mercado financeiro em detrimento das populações vulneráveis. A influência dos Estados Unidos na liderança do Banco Mundial também sugere uma priorização dos interesses das nações hegemônicas no sistema internacional. Esses achados ressaltam a necessidade de uma reavaliação das políticas das instituições financeiras internacionais em direção a uma resposta mais equitativa e eficaz às crises globais.

Nesse sentido, a hipótese central desta pesquisa, que afirmava que o Banco Mundial mantém e aprofunda uma assimetria de poder histórica entre Estados e atores internacionais através de sua atuação durante a pandemia, foi confirmada. O Grupo Banco Mundial exacerbou a assimetria que persiste e se reforça como um ciclo vicioso no sistema internacional, operando por meio do multilateralismo, que, apesar de basear-se na premissa de interesses comuns dos países centrais e na cooperação, muitas vezes serve como uma ferramenta para cooptar nações periféricas e perpetuar o controle das nações centrais sobre o sistema internacional. Assim, pode-se afirmar que o GBM coopera no sistema internacional de acordo com seus próprios interesses, promovendo a chamada "civilização de mercado" para preservar a ordem capitalista global por meio de sua agenda neoliberal. Portanto, fica evidente que o banco parece mais orientado a desembolsar recursos não para superar as crises nos países periféricos e semi periféricos, mas sim como uma ferramenta política ao implementar reformas que garantam a reprodução de seus próprios interesses.

Portanto, este estudo destaca a necessidade urgente de reformular as instituições internacionais multilaterais, com ênfase no GBM, de acordo com a abordagem crítica da TCRI. Essa abordagem é fundamental para a análise crítica das estruturas de poder arraigadas no sistema global e a busca por uma ordem mundial menos exploratória e desigual. Embora tenham ocorrido mudanças na estrutura e agenda do Banco Mundial, elas não alteraram substancialmente seu funcionamento. O caminho futuro da pesquisa deve investigar o comportamento do Banco em resposta ao desdobramento da crise dos próximos anos e das reformas estruturais. No entanto, acredito ser improvável que ocorra uma mudança significativa nas políticas da instituição a curto prazo, devido à sua natureza arraigada na perpetuação das desigualdades. Dessa maneira, é crucial uma análise crítica contínua das práticas e políticas do GBM em um contexto global em constante evolução, visando à democratização e transformação das organizações internacionais no sistema internacional.

REFERÊNCIAS

BACCARO, Lucio; HOWELL, Chris. **A Common Neoliberal Trajectory: The Transformation of Industrial Relations in Advanced Capitalism.** *Politics & Society*, vol. 39, no 4, p. 521–563, 2011.

BANCO MUNDIAL. **COVID-19 no Brasil: impactos e respostas de políticas públicas.** Brasília: Banco Mundial. 2020.

_____. **Relatório Anual de 2022 do Banco Mundial.** Washington, D.C: World Bank. 2022.

BBC. **Em gráfico, os 10 países do mundo com mais mortes per capita por covid-19.** BBC News Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-54390838>. Acesso em: 1 nov. 2023.

BELLUZZO, L. G. M. **Os antecedentes da tormenta: origens da crise global.** Campinas: Edições FACAMP, 2009.

Carlotti, T. **Austeridade é política de classe a serviço dos privilegiados.** CNN Brasil. 2018. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/midia/austeridade-e-politica-de-classe-a-servico-dos-privilegiados>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CHADE, Jamil. **Sem vacinas, países pobres expõem fracasso da resposta global contra covid.** Uol. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/11/27/fracasso-em-distribuir-vacinas-aos-pobres-reabre-incertezas-no-mundo.htm>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CNN. **Banco é acusado de financiar empresas supostamente ligadas a trabalho forçado.** CNN Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/banco-e-acusado-de-financiar-empresas-supostamente-ligadas-a-trabalho-forcado/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

COELHO, Jaime Cesar. **Economia, poder e influência externa: o Grupo Banco Mundial e as políticas de ajustes estruturais na América Latina, nas décadas de oitenta e noventa.** Tese (Doutorado)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2002.

_____. **BANCO MUNDIAL: DESIGUALDADE E PODER.** Unicamp, Campinas, v. 6, set. 2005.

_____. **REFORMANDO AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MULTILATERAIS (PASSADO E PRESENTE): BANCO MUNDIAL E FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL.** As transformações no sistema financeiro internacional. Brasília, 2012.

COELHO, J. C.; SÁ M. B. de. **Organizações internacionais: uma contribuição coxiana para a análise da mudança na ordem mundial.** In: Prestes e

Pautasso. Teoria das relações internacionais: contribuições marxistas. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021. Cap. 6: p. 127 - 157.

COX, R. W. **International Political Economy: Underglobal Disorder**. [S.L.]: Fernwood publishing: 1995.

_____. **Multilateralism and world order**. Review of International Studies, 18(2). Grã Bretanha: Cambridge University Press, 1992. p. 161-180.

_____. **Social forces, states and world orders: beyond international relations theory**. Millennium: Journal of International Relations, vol. 10, n. 2, 1981, p. 126-155. Republicado em: KEOHANE, R. (ed.). Neorealism and its critics. New York: Columbia University Press, 1986.

_____. **The Global Political Economy and Social Choice**. In. Approaches to world order. Cambridge University Press, 1996.

_____. **The Political Economy of a Plural World: critical reflections on power, morals and civilisation**. Londres: Routledge, 2002.

COX, R.; SINCLAIR, T. J. **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CRUZ, S. V. “**Comércio internacional em um mundo partido: o regime do GATT e os países em desenvolvimento**”. Cadernos CEDEC, n. 77, 2005.

DW. **Why the developing world needs a bigger pandemic response**. Deutsche Welle. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/trump-indica-cr%C3%ADtico-do-banco-mundial-para-chefiar-institui%C3%A7%C3%A3o/a-47402564>. Acesso em: 1 nov. 2023.

EDKINS, J., VAUGHAN-WILLIAMS, N. **Critical Theorists and International Relations**. Londres: Routledge, 2002.

EL PAÍS. **O “escandaloso desequilíbrio” na distribuição de vacinas contra a covid-19 entre ricos e pobres**. El País . Madri, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-04-09/o-escandaloso-desequilibrio-na-distribucio-d-e-vacinas-contra-a-covid-19-entre-ricos-e-pobres.html>. Acesso em: 1 nov. 2023.

FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021**. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome, FAO. 2021. <https://doi.org/10.4060/cb4474en>. Acesso em: 1 nov. 2023.

_____. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2023**. Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum. Rome, FAO. 2023 <https://doi.org/10.4060/cc3017en>. Acesso em: 1 nov. 2023.

FINANCIAL TIMES. **Why the developing world needs a bigger pandemic response**. Financial Times. 2020. Disponível em:

<https://www.ft.com/content/f665b6d2-79f8-49e9-9c93-3602c42ecf83>. Acesso em: 1 nov. 2023.

FIORI, J. L. **Réquiem para uma utopia defunta**. Carta Maior, 2020. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2020/07/20/requiem-por-uma-utopia-defunta-as-vesperas-da-eleicao-americana/>. Acesso em: 01 out 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Pandemia pode levar mais 150 milhões à pobreza extrema até 2021, diz Banco Mundial**. Outras Palavras. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/pandemia-pode-levar-mais-150-milhoes-a-pobreza-extrema-ate-2021-diz-banco-mundial.shtml>. Acesso em: 1 nov. 2023.

FPIF. **CHOMSKY TAKES ON THE WORLD (BANK)**. Foreign Policy in Focus. 2007. Disponível em: https://fpif.org/chomsky_takes_on_the_world_bank/. Acesso em: 1 nov. 2023.

GILL, S. **American hegemony and the trilateral commission**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. **Globalisation, market civilisation, and disciplinary neoliberalism**. Millennium-Journal of International Studies, v. 24, n. 3, p. 399-423, 1995.

_____. **New Constitutionalism and World Order**. Reino Unido: Cambridge University Press, 2014.

_____. **Power and resistance in the new world order**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003.

_____. **Power and Resistance in the New World Order: Fully Revised and Updated**. Palgrave Macmillan, 2008.

GRAMSCI, A. **Selections from the Prison Notebooks**. [S.L.]: International Publishers Co, 1971.

HAAS, E. **Beyond the Nation-State: functionalism and international organization**. Stanford: Stanford University Press, 1964.

HELD, D. **The diffusion of authority**. In: Weiss e Wilkinson. International Organization and Global Governance. London: Routledge; 2014. p. 60-72.

IMF. **A dívida mundial chega ao recorde de US\$ 226 trilhões**. IMF Blog. 2021. Disponível em:

<https://www.imf.org/pt/Blogs/Articles/2021/12/15/blog-global-debt-reaches-a-record-226-trillion>. Acesso em: 1 nov. 2023.

IMF. **Neoliberalism: Oversold?**. Finance and Development. 2016. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/pdf/ostry.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ISAKOVIĆ, N. P. **Neoliberalism: Oversold?**. WILPF. 2020. Disponível em: <https://www.wilpf.org/covid-19-what-has-covid-19-taught-us-about-neoliberalism/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

KEOHANE, R. O. **International institutions: two approaches**. *International Studies Quarterly*. v. 32, n. 4, p. 379-396, 1988.

KEOHANE, R. O; NYE, J. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. Boston: Little Brown, 1977.

KINDLEBERGER, C. **Manias, Pânico e Crashes: Um histórico das crises financeiras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. **Power and Money**. N.Y.: Basic Books, 2a Ed., 1970.

KRAUSE, P. **From Epistemic Change to Action: The Case of State Reform at the World Bank**. In: Annual meeting of the International Studies Association, Montreal, Quebec, Canada, 2004.

ASSOCIATED PRESS. **UN steps up criticism of IMF and World Bank, the other pillars of the post-World War II global order**. Associated Press News. 2023. Disponível em: <https://apnews.com/article/un-imf-world-bank-covid-15baf3a9e4d939dd2e085ff0aa18087a>. Acesso em: 1 nov. 2023.

MANN, M. **The sources of social power: Volume 4, Globalizations, 1945-2011**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

MAZUZAN, G. **America 's UN commitment: 1945-1953**. *The Historian*, v. 40, n.2, pp. 309-30, 1978.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **É verdade que outros países já suspenderam a vacina contra a Covid-19, menos o Brasil?**. Gov.br. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-com-ciencia/noticias/2023/setembro/e-verdade-que-outros-paises-ja-suspenderam-a-vacina-contra-a-covid-19-menos-o-brasil>. Acesso em: 1 nov. 2023.

MURPHY, C. N. **International Organization and Industrial Change: global governance since 1850**. New York: Oxford University Press, 1994

_____. **Organização internacional e mudança industrial: governança global desde 1850**. [S.L]: Editora Unesp, 2014.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Desigualdade na distribuição de vacinas prejudica recuperação econômica mundial, alertam PNUD, OMS e Oxford**. Nações Unidas Brasil. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/137251-desigualdade-na-distribuição-de-vacinas-prejudica-recuperação-econômica-mundial-alertam-pnud>. Acesso em: 9 nov. 2023.

_____. **Análise da ONU mostra ligação entre falta de equidade de vacinas e aumento da desigualdade**. Nações Unidas Brasil. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/176045-análise-da-onu-mostra-ligação-entre-falta-de-equidade-de-vacinas-e-aumento-da-desigualdade>. Acesso em: 1 nov. 2023.

OIT. **OIT: Impacto da pandemia no emprego é mais forte do que o esperado**. Organização Internacional do Trabalho. 2021. Disponível em:

https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_824987/lang--pt/index.htm. Acesso em: 31 out. 2023.

ONU. **A Carta das Nações Unidas. 2007.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-nações-unidas>. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Covid-19 lançou meio bilhão de pessoas na pobreza extrema.** ONU News. 2021a. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/12/1773452>. Acesso em: 1 nov. 2023.

_____. **Dívida de países pobres bateu recorde em 2020 .** Onu News. 2021b. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/10/1766702>. Acesso em: 1 nov. 2023.

_____. **Covid-19 faz pobreza extrema crescer na América Latina após três décadas.** ONU News. 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/01/1778032>. Acesso em: 1 nov. 2023.

OPAS. **Histórico da pandemia de Covid 19.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 1 mai. 2023

OUTRA SAÚDE. **Críticas à atuação:** Banco Mundial e FMI seguem receitando desregulamentação da economia e ajustes estruturais na pandemia. Outras Palavras. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasaude/criticas-a-atuacao/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

PEREIRA, J. M. M.. **A atuação do Banco Mundial ameniza ou piora o impacto da pandemia global?** Cadernos de Saúde Pública, [S.L.], v. 36, n. 12, p. 2-5, set. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00230620>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/NdtTZgyzC3ccdsTGwXK74RS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2023.

PEREIRA, M. Y. B. **Teoria Crítica e Governança Global: como compreender o papel das Organizações Internacionais?** In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 3. São Paulo. [S.L.]: ABRI, 2011. p. 1-17. Disponível em: http://www.abri.org.br/anais/3_Encontro_Nacional_ABRI/Teoria_das_Relacoes_Internacionais/TRIS%207_Mariana%20Yante%20Teoria%20Cr+%A1tica%20e%20Governan+%BAa%20Global%20como%20compreender%20o%20papel%20das%20Organiza+%BA+%C1es.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.

PERRY, G; GARCÍA, E. **The Influence of Multilateral Development Institutions on Latin American Development Strategies.** Revue Internationale de Politique de Développement, [S.L.], n. 9, p. 199-231, 10 out. 2017.

PONTES, R. M. **A ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL E OS ESTADOS UNIDOS: DA CONSTITUIÇÃO DE BRETTON WOODS À REARTICULAÇÃO DE INTERESSES**. Ricri, Campinas, v. 6, p. 40-64, 2018.

RINALDI, P. N. 2015. “**O papel da ONU na governança econômica global do pós-guerra**”. *Idéias – Revista do Instituto de Filosofia de Ciências Humanas (UNICAMP)*, v. 6, n. 1, pp. 207-28, 2015.

RUGGIE, John G. **International regimes, transactions, and change: embedded liberalism in the postwar economic order**. In *International Regimes* (org. KRASNER, Stephen). Ithaca and London: Cornell University Press, 1982.

SALLES, Fernanda Cimini. **A nova face das Políticas de Desenvolvimento do Banco Mundial: do ajuste estrutural para a boa governança**. *Carta Internacional*, [S.L.], v. 11, n. 2, p. 99, 31 ago. 2016. Associação Brasileira de Relações Internacionais - ABRI. <http://dx.doi.org/10.21530/ci.v11n2.2016.478>.

THE WORLD BANK. **Bretton Woods and the Birth of the World Bank**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/archive/history/exhibits/Bretton-Woods-and-the-Birth-of-the-World-Bank>. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **IDA Financial Products**. The World Bank. Disponível em: <https://projects.worldbank.org/en/about/unit/treasury/ida-financial-products#2>. Acesso em: 1 nov. 2023.

_____. **David R. Malpass**. The World Bank. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/archive/history/past-presidents/david-robert-malpass>. Acesso em: 1 nov. 2023.

_____. **O avanço global na redução da pobreza extrema está estagnado**. The World Bank. 2022a. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2022/10/05/global-progress-in-reducing-extreme-poverty-grinds-to-a-halt>. Acesso em: 1 nov. 2023.

_____. **Os pagamentos do serviço da dívida vem exercendo enorme pressão sobre os países pobres desde 2000**. The World Bank . 2022b. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2022/12/06/debt-service-payments-put-biggest-squeeze-on-poor-countries-since-2000>. Acesso em: 1 nov. 2023.

_____. **Poverty**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/poverty>. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Poverty and Shared Prosperity 2022: Correcting Course**. Washington, DC: World Bank. 2022c. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/b96b361a-a806-5567-8e8a-b14392e11fa0/content>. Acesso em: 1 nov. 2023.

_____. **Produtos Financeiros do Banco Mundial em Moçambique.** The World Bank. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/brief/financial-products>. Acesso em: 1 nov. 2023.

_____. **Remarks by World Bank Group President David Malpass on G20 Finance Ministers Conference Call on COVID-19.** The World Bank. 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/speech/2020/03/23/remarks-by-world-bank-group-president-david-malpass-on-g20-finance-ministers-conference-call-on-covid-19>. Acesso em: 1 nov. 2023.

_____. **Retrospectiva do Apoio a Políticas de Desenvolvimento (DPF) para 2015: Constatações preliminares.** Disponível em: https://consultations.worldbank.org/content/dam/sites/consultations/doc/migration/2015_dp_retrospective_preliminary_findings_portuguese.pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.

_____. **Saving lives, scaling-up impact and getting back on track:** World Bank Group COVID-19 Crisis Response Approach Paper. The World Bank. 2020a. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/136631594937150795/pdf/World-Bank-Group-COVID-19-Crisis-Response-Approach-Paper-Saving-Lives-Scaling-up-Impact-and-Getting-Back-on-Track.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

_____. **Saving lives, scaling-up impact and getting back on track:** World Bank Group COVID-19 Crisis Response Approach Paper. The World Bank. 2020b. Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/958871597260041512-0090022020/original/WBGCovid19CrisisResponsePPT.PublicDisclosure.final.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

_____. **What we do.** Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/what-we-do>. Acesso em: 17 abr. 2023.

_____. **Who we are.** Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/who-we-are>. Acesso em: 17 abr. 2023.

TOUSSAINT, Éric. **História Crítica do Banco Mundial.** Porto Alegre: Movimento, 2021.

UNESCO. **COVID-19: dois terços dos países mais pobres estão cortando seus orçamentos para a educação em um momento em que menos podem fazer isso.** Unesco. 2021. Disponível em: https://www.unesco.org/pt/articles/covid-19-dois-tercos-dos-paises-mais-pobres-estao-cortando-seus-orcamentos-para-educacao-em-um?TSPD_101_R0=080713870fab200061f9a3f0ad_daff53f8662393bda7fd427d0bcabb4c89e81532cd4b2ced15bfd708468ed5bb1430009d4d659dbceae9c0b0b3fa1f8391070204807471fdb49e22. Acesso em: 30 out. 2023.

UNICEF. **Covid-19: Extensão da perda na educação no mundo é grave, e é preciso agir para garantir o direito à Educação, alerta UNICEF.** Brasil, 2022. Disponível

em:<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-extensao-da-perda-na-educacao-no-mundo-e-grave>. Acesso em: 30 out. 2023.

UNITED NATIONS. **History of the United Nations**. Disponível em: <https://www.un.org/en/model-united-nations/history-united-nations>. Acesso em: 17 abr. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: an introduction**. [S.L.]: Duke University Press, 2004.

WHO. **Coronavirus (Covid 19) Dashboard**. Disponível em: <https://covid19.who.int>. Acesso em: 15 maio 2021.

_____. **WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard**. Disponível em: <https://covid19.who.int>. Acesso em: 1 nov. 2023.

WORLD BANK GROUP. **PROPOSAL FOR A WORLD BANK RESPONSE UNDER THE FAST TRACK COVID-19 FACILITY**. 2020a. Disponível em:<https://documents1.worldbank.org/curated/en/260231584733494306/pdf/Proposal-for-a-World-Bank-COVID-19-Response-under-the-Fast-Track-COVID-19-Facility.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

WORLD BANK GROUP. **WORLD REGION IFC FAST TRACK COVID-19 FACILITY. 2020b**. Disponível em:<https://documents1.worldbank.org/curated/pt/166621584551201643/pdf/Report-to-the-Board-of-Directors-on-a-Proposed-Investment-in-IFC-Fast-Track-Covid-19-Facility-World-Region.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.